

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – UNESP
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Campus Franca

AMANDA FAUSTINO DOS SANTOS

**O PAPEL DA POLÍTICA SANS DA UNESP COMO PILAR FUNDAMENTAL PARA
A PERMANÊNCIA ESTUDANTIL**

Franca
2024

AMANDA FAUSTINO DOS SANTOS

**O PAPEL DA POLÍTICA SANS DA UNESP COMO PILAR FUNDAMENTAL PARA
A PERMANÊNCIA ESTUDANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade Estadual
Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências
Humanas e Sociais, Franca, para obtenção
do título de Grau acadêmico Bacharel em
Serviço Social.

Orientador(a): Prof. Dr. Frederico Daia
Firmiano

Franca

2024

S237p Santos, Amanda Faustino dos
O PAPEL DA POLÍTICA SANS DA UNESP COMO PILAR
FUNDAMENTAL PARA A PERMANÊNCIA ESTUDANTIL /
Amanda Faustino dos Santos. - Franca, 2024
80 p.

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Serviço Social) -
Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências Humanas e
Sociais, Franca

Orientador: Frederico Daia Firmiano

1. Segurança Alimentar. 2. Política SANS. 3. Restaurante
Universitário. 4. Unesp. 5. Permanência Estudantil

AMANDA FAUSTINO DOS SANTOS

**O PAPEL DA POLÍTICA SANS DA UNESP COMO PILAR FUNDAMENTAL PARA
A PERMANÊNCIA ESTUDANTIL**

TCC apresentado à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Campus Franca, para obtenção do título de Grau acadêmico Bacharel em Serviço Social.

Data da defesa: ____/____/____

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Frederico Daia Firmiano
UNESP - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais- Campus de Franca.

Profa. Dra. Raquel Santos Sant'Ana
UNESP - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais- Campus de Franca.

Profa. Me. Amabile Maria de Moura Passos
UNESP - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais- Campus de Franca.

Dedico este trabalho ao meu pai, que sob muito sol todos os dias nunca desistiu, para que eu, na sombra pudesse chegar até aqui.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho de conclusão de curso representa não apenas o encerramento de uma importante etapa de minha vida, mas também a concretização de um sonho, que através da educação como meio emancipador, me permitiu enxergar uma nova possibilidade de vida, que não seria possível sem o apoio de muitas pessoas.

Agradeço primeiramente a Deus e aos meus guias por me dar caminhos abertos, força e perseverança em todos os momentos “Refrigera a minha alma; guia-me pelas veredas da justiça por amor do seu nome” (Salmo 23- cap. 3). Aos meus antepassados, que me prometeram o futuro, eu os levo e as trago comigo.

À minha família, principalmente ao meu pai Eduardo Faustino, por seu amor incondicional, e suporte durante toda a minha trajetória acadêmica, que trabalhou debaixo de muito sol e chuva para que eu seguisse meus estudos de forma tranquila. Sem vocês, este momento não teria o mesmo significado. Ao meu amado, Arthur Felipe, pela compreensão, suporte, acolhimento e empatia durante esse processo desafiador de trabalho de conclusão de curso

Aos meus professores e orientadores, em especial ao Prof. Dr. Frederico Daia Firmiano que topou essa comigo, gratidão por toda paciência durante o processo de escrita, acolhimento e ensinamento do seu enorme conhecimento, obrigada por acreditar no meu crescimento pessoal e profissional. Aos meus colegas de curso, que estiveram comigo nos desafios e alegrias dessa jornada, especialmente Ana Maria, Fernanda, Layla, Giovana, Paula, Sabrina, Isabel, Rafael, Lucas e Bárbara.

À Universidade Estadual Paulista (UNESP), por abrir portas, pelas inúmeras oportunidades, na qual abracei cada uma delas, que me possibilitou sonhar através da educação e ver que a realidade pode ser mudada por meio dos estudos. Por fim, agradeço a todos que, de alguma forma, contribuíram para que este trabalho fosse possível. Cada palavra de incentivo, gesto de carinho e apoio prático foi fundamental para esta conquista.

“Quem não tem amigo, mas tem um livro,
tem uma estrada”
(Jesus, 2015).

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a implementação da Política de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (SANS) na Universidade Estadual Paulista (Unesp), com foco no campus de Franca, especificamente na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. A investigação aborda o Restaurante Universitário (RU) como suporte à permanência estudantil, especialmente para os alunos em maior situação de vulnerabilidade social, evidenciando sua importância no enfrentamento das desigualdades dentro do ambiente universitário. A pesquisa parte de uma abordagem histórica e contextual, analisando o processo de construção das universidades públicas no Brasil e o papel crucial das políticas de permanência estudantil na promoção da equidade e inclusão no ensino superior. Com esse pano de fundo, o estudo direciona-se para a Unesp, destacando a Política SANS, que atualmente está em construção, como uma iniciativa estratégica para garantir a segurança alimentar e, conseqüentemente, a permanência dos estudantes. Ao trazer como foco o campus de Franca, o trabalho busca compreender como a implementação da Política SANS reflete a preocupação com os desafios socioeconômicos enfrentados por muitos alunos. Além disso, destaca a relevância do Restaurante Universitário como mais do que um espaço de fornecimento de refeições, mas também como uma ferramenta essencial da Política SANS para promover condições igualitárias de acesso e continuidade acadêmica, contribuindo para a formação integral do estudante. Assim, o estudo propõe não apenas analisar as ações já em curso, mas também contribuir para o debate e o aprimoramento da Política SANS, com vistas a torná-la um modelo efetivo de inclusão e suporte dentro do contexto da Unesp e do ensino superior público do Brasil.

Palavras-chave: Segurança Alimentar; Política SANS; Restaurante Universitário; Unesp; Permanência Estudantil.

ABSTRACT

This work analyze the implementation of the Sustainable Food and Nutrition Security Policy (SANS) at Universidade Estadual Paulista (Unesp), focusing on the campus of Franca, specifically at the Faculty of Human and Social Sciences. The research approaches the University Restaurant (RU) as support to student permanence, especially for students in a greater situation of social vulnerability, highlighting its importance in addressing inequalities within the university environment. The research starts from a historical and contextual approach, analyzing the process of construction of public universities in Brazil and the crucial role of student permanence policies in promoting equity and inclusion in higher education. With this background, the study is directed to UNESP, highlighting the SANS Policy, which is currently under construction, as a strategic initiative to ensure food security and, consequently, the permanence of students. By focusing on the campus of Franca, the work seeks to understand how the implementation of the SANS Policy reflects the concern with the socioeconomic challenges faced by many students. In addition, it highlights the relevance of the University Restaurant as more than a space for providing meals, but also as an essential tool of the SANS Policy to promote equal conditions of access and academic continuity, contributing to the integral formation of the student. Thus, the study proposes not only to analyze the actions already underway, but also to contribute to the debate and improvement of the SANS Policy, with a view to making it an effective model of inclusion and support within the context of Unesp and public higher education in Brazil.

Keywords: Food Security; SANS Policy; University Restaurant; Unesp; Permanence student.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figuras

Figura 1 - Orçamento anual de permanência estudantil na Unesp - 2013 a 2024	29
Figura 2 - Quantidade de contemplados com os auxílios socioeconômicos na Unesp - 2013 a 2023	29
Figura 3 - Quantidade de ingressantes com renda familiar per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo- 2010 a 2023	32
Figura 4 - Quantidade auxílios socioeconômico 1 concedido aos estudantes pela Unesp entre os anos de 2009 a 2023	33
Figura 5 - Quantidade auxílios socioeconômico 2 concedido aos estudantes pela Unesp entre os anos de 2009 a 2023	33
Figura 6 - Fluxograma com as etapas do processo seletivo de permanência estudantil da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais em 2024	37
Figura 7 - Resultados da pesquisa in loco feita pela Comissão SANS em 2023.....	50

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Auxílios de assistência estudantil ofertados pelas universidades estaduais de São Paulo USP, UNICAMP e UNESP	25
Tabela 2 - Quantitativos por categoria para almoço	63
Tabela 3 - Quantitativos por categoria para o jantar	64

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AE	Assistência Estudantil
CLPE	Comissão Local de Permanência Estudantil
CLSANS	Comissão Local de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável
CLRU	Comissão Local do Restaurante Universitário
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
FCHS	Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
FHDSS	Faculdade de História, Direito e Serviço Social
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
NTAE	Núcleo Técnico de Apoio ao Estudante
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
OSC	Organizações da Sociedade Civil
SANS	Política de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável
PNAN	Política Nacional de Alimentação e Nutrição
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNAEST	Programa Nacional de Assistência Estudantil para as Instituições de Educação Superior Públicas Estaduais
STA	Seção Técnica Acadêmica
STC	Seção Técnica de Comunicação
SISAN	Sistema Alimentar de Segurança Alimentar e Nutricional
SISRU	Sistema de Restaurantes Universitários
USP	Universidade de São Paulo
UDF	Universidade do Distrito Federal
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNESP	Universidade Estadual Paulista

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DAS FORMAS DE PERMANÊNCIA ESTUDANTIL	16
2.1 CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL.....	16
2.2 IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL - PNAES NAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS.....	22
2.3 IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL PARA AS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICAS ESTADUAIS (PNAEST)	23
2.4 IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL PARA AS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICAS ESTADUAIS NA UNESP.....	28
2.5 ANÁLISE DO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL PARA AS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICAS ESTADUAIS NA UNESP FCHS- FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS	34
3 A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA POLÍTICA SANS.....	41
3.1 INTRODUÇÃO A SEGURANÇA ALIMENTAR.....	41
3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO BRASIL.....	43
3.3 A POLÍTICA SANS DA UNESP.....	45
3.4 OS RESTAURANTES UNIVERSITÁRIOS, PLANOS E PROGRAMAS DE POLÍTICA SANS NA UNESP	48
4 A POLÍTICA SANS DA FCHS	56
4.1 A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA SANS DA FCHS E SUAS AÇÕES NO ÂMBITO DA UNIDADE	56
4.2 O RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO DA UNESP FCHS COMO PILAR FUNDAMENTAL DA SANS.....	61
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
REFERÊNCIAS.....	70
ANEXO A – SOLICITAÇÃO PARA USO DE DADOS – TCC	77

ANEXO B – SOLICITAÇÃO DE DADOS DA PERMANÊNCIA ESTUDANTIL	78
---	-----------

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso teve por objetivo examinar a Política de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (SANS) como um pilar essencial da permanência estudantil para os alunos do ensino superior, com foco na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), especialmente no contexto da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, campus de Franca. Partimos da premissa, segundo a qual, abordar a Política SANS no contexto da universidade é, invariavelmente, discutir permanência estudantil.

A relevância deste estudo se justifica pela crescente preocupação com as expressões da questão social referente à fome, desnutrição, insegurança alimentar, alimentação irregular e as desigualdades estruturais que refletem diretamente no cotidiano universitário, e sendo assim, na capacidade dos estudantes se manterem na instituição. Diante disso, para contextualizar o objetivo final tornou-se essencial abordar a construção histórica das universidades no Brasil e a implementação da assistência estudantil nas instituições de ensino superior, a fim de compreender o papel da Política SANS como uma forma estratégica e fundamental de permanência estudantil para os universitários.

A discussão sobre a Política de Segurança Alimentar no ambiente das universidades está ligada ao debate sobre a permanência estudantil, pois para muitos estudantes a universidade representa não apenas um espaço de aprendizado, mas também se apresenta com obstáculos diários em acessibilidades. Sendo assim, a SANS é o meio para garantir que a alimentação adequada seja acessível a todos os estudantes, principalmente aqueles que se encontram em maior desproteção social.

Os Restaurantes Universitários é um dos mecanismos centrais das ações de SANS. Nesse processo, torna-se evidente que eles funcionam não apenas como espaço de alimentação, mas também como dispositivos estratégicos que promovem a inclusão e a permanência de estudantes.

A estrutura deste trabalho está organizada em três capítulos, cada capítulo com foco em determinado aspecto essencial para a construção da compreensão final do tema proposto. O primeiro capítulo examina a trajetória histórica das universidades brasileiras, analisando como elas foram moldadas ao longo do tempo e o impacto de sua evolução na formação de uma sociedade mais plural.

Através de uma reflexão sobre os processos de criação, expansão e transformação dessas instituições, o capítulo destaca como as universidades

desempenharam um papel fundamental na promoção do acesso ao conhecimento, no estímulo à diversidade cultural e social, e na formação de estudantes e consequentemente profissionais capazes de contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade mais democrática e igualitária. A discussão também enfoca as transformações institucionais que tornaram as universidades brasileiras um espaço mais receptivo à diversidade de pessoas, ideias, culturas e grupos sociais ao longo das décadas.

O segundo capítulo dedica-se a uma análise aprofundada das políticas de assistência estudantil implementadas nas universidades públicas, com foco particular nas estratégias voltadas para a promoção da permanência dos estudantes no ensino superior. O capítulo investiga como essas políticas têm evoluído ao longo do tempo, destacando as iniciativas que visam garantir o acesso e a continuidade dos alunos em suas trajetórias acadêmicas.

A discussão inclui o estudo de programas de apoio financeiro, como bolsas e auxílios, bem como ações de apoio psicossocial, moradia estudantil, alimentação e transporte. Também é abordada a eficácia dessas políticas no enfrentamento das desigualdades sociais, no fortalecimento da inclusão de estudantes provenientes de grupos historicamente marginalizados e na criação de condições favoráveis para que todos os alunos, independentemente de sua origem socioeconômica, consigam completar seu curso superior com sucesso.

O terceiro capítulo realiza um recorte específico para o objeto de estudo deste trabalho, a Universidade Estadual Paulista (Unesp), e se concentra nas iniciativas voltadas à permanência estudantil dentro da instituição. O capítulo destaca as diferentes formas de apoio que a universidade oferece aos seus estudantes e analisa as estratégias adotadas para garantir que esses alunos possam concluir seus cursos com sucesso.

Em particular, o capítulo enfoca a Política de Segurança Alimentar e Nutricional (SANS) da Unesp, reconhecendo-a como um pilar fundamental para a promoção da permanência estudantil. A análise se aprofunda na implementação da SANS no campus de Franca da universidade, explorando como essa política foi construída, seus objetivos principais e as ações concretas que estão sendo realizadas para atender às necessidades alimentares e nutricionais dos estudantes, assegurando-lhes condições adequadas para sua permanência e desenvolvimento acadêmico.

Espera-se que os resultados deste trabalho fomentem o debate sobre a importância de políticas públicas, voltadas para a ampliação da permanência

estudantil e para o fortalecimento da segurança alimentar como um direito fundamental para os estudantes, especialmente no contexto das universidades pública, estimulando novas estratégias mais eficazes que garantam a inclusão social e o bem-estar de toda comunidade acadêmica.

2 A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DAS FORMAS DE PERMANÊNCIA ESTUDANTIL

2.1 CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

A história das universidades no Brasil é marcada por uma constante resistência para se estabelecer e se expandir. Desde sua introdução, o ensino superior enfrentou diversos desafios, principalmente pela necessidade de transformar a educação técnica em uma formação mais ampla e acadêmica. No século XIX, o Brasil começou a perceber a importância do ensino superior para o seu desenvolvimento, mas foi somente em 1920 que surgiu a primeira universidade do país.

Em 1920, no Estado do Rio de Janeiro, foi criada a primeira universidade do Brasil, determinada pelo decreto nº 14.343 (Brasil, 1920), denominada, a princípio, Universidade do Rio de Janeiro. Com a união da Escola Politécnica, Escola de Medicina e a Faculdade de Direito, houve a formação da universidade, funcionando de forma homogênea e sem integração umas com as outras. Posteriormente, em 1931, foi aprovado a implementação da lei pelo presente ministro da educação e saúde da época, Francisco Campos, o Estatuto das Universidades Brasileiras, determinando as bases mínimas das universidades (Souza, Miranda e Souza, 2019).

No Estado de São Paulo, a primeira universidade foi criada em 1934, através do decreto nº 6.283 que instituiu a Universidade de São Paulo (USP), com as seguintes finalidades, conforme determinadas pelo artigo 2º:

a) promover, pela pesquisa, o progresso da ciência; b) transmitir pelo ensino, conhecimentos que enriqueçam ou desenvolveram o espírito, ou sejam úteis à vida; c) formar especialistas em todos os ramos da cultura, e técnicos e profissionais em todas as profissões de base científica ou artística; d) realizar a obra social de vulgarização das ciências, das letras e das artes, por meio de cursos sintéticos, conferências, palestras, difusão pelo rádio, filmes científicos e congêneres (São Paulo, 1934)

A Universidade de São Paulo foi pioneira em várias instâncias, principalmente na diversificação de áreas de formação, como a instauração do Instituto de Educação, Faculdade de Farmácia e Odontologia, Escola de medicina veterinária, entre outros. Hoje, a USP é a maior e mais importantes universidade pública brasileira, ocupando o 1º lugar no Rankings Universitário Folha de 2024, feita pela Folha de São Paulo (2024), que para tal classificação pesquisou a qualidade de ensino e pesquisa, empregabilidade e infraestrutura, sendo a Folha de São Paulo, referência em credibilidade de fonte de informação.

No ano seguinte à criação da USP, em 1935, Anísio de Teixeira, criou a Universidade do Distrito Federal (UDF), que tinha como um dos principais objetivos “a renovação e ampliação da cultura e os estudos desinteressados” (Souza, Miranda e Souza, 2019, p.2). Os estudos voltados à área da pesquisa começaram a ser fomentados, mesmo com pouco incentivo financeiro, com o intuito de desenvolvimento social pautados na ciência.

A universidade UDF, devido ser pautado seus estudos na ciência, trazendo uma nova vertente a sociedade brasileira e assim sofrendo rejeição pelos conservadores católicos por dissociar igreja e Estado. Para reverter essa perspectiva e promover a reintegração da elite, hora rompida, em 1946, pelo decreto nº 8.681, foi criada a primeira universidade católica do Brasil, a Pontifícia Universidade Católica (PUC) no Estado do Rio de Janeiro, tendo em seu currículo matéria obrigatória de cultura religiosa (Oliven, 2002).

No final da década de 1940, houve algumas tentativas não concretizadas de buscar a autonomia das universidades, mas foi somente a início da década de 50, com o desenvolvimento industrial e econômico no Brasil que começou a ser elaborado e discutido a autonomia das universidades, tendo como proposta inicial o projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

Mas foi somente em 1961, com a Lei 4.024 que fixa a primeira lei de diretrizes e bases da educação nacional, “essa lei, veio reafirmar na prática o modelo tradicional de instituição superior existente no Brasil, manteve a preocupação com o ensino em relação à pesquisa” (Souza, Miranda e Souza, 2019, p.2)

É importante ressaltar que na década de 60 houve o período da ditadura militar, que ficou em regime no Brasil por 20 anos. A ditadura militar, conhecido também como “anos de chumbo”, teve início em 1964 quando houve o golpe militar, que foi um acontecido de cunho político e militar, que derrubou o então presidente da república que foi eleito de forma democrática, João Goulart, instaurando uma forma de governo autoritário, onde o poder político é efetivamente controlado pelos militares.

A educação superior, que estava em processo de avanço e consolidação no Brasil, foi fortemente impactada pelo regime autoritário e pelos seus objetivos de controle social, político e cultural. O regime militar adotou políticas de repressão e censura que também afetaram as universidades, tornando o ambiente acadêmico um importante campo de resistência e ao mesmo tempo de controle pelo Estado (Motta, 2018).

Apesar de toda repressão, os movimentos estudantis se mantiveram ativos e lutando pelos direitos dos estudantes, organizando protestos, greves e manifestações, especialmente nas universidades mais influentes da época, como a USP. O legado da ditadura militar diante a educação superior brasileiro foi complexa, por um lado a repressão, censura e centralidade administrativa que afetaram a liberdade acadêmica que estava começando a ganhar forças. Por outro lado, a resistência dos estudantes contribuiu para um pensamento crítico que se tornaria fundamental após o fim da ditadura (Motta, 2018).

No meio de toda essa guerra social e política, com o enfrentamento dos estudantes diante ao cenário, em 1968, foi aprovada a Lei da Reforma Universitária (Lei 5540/68), que “Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com escola média, e dá outras providências” (Brasil, 1968), essa lei também estabeleceu indissociação entre ensino, pesquisa e extensão. A reforma embora tenha tido o intuito para as universidades federais, acabou atingindo as universidades particulares, que tiveram que se adaptar à nova realidade (Souza, Miranda e Souza, 2019).

Sendo assim, a partir de 1968, houve a expansão do ensino superior privado, com esse processo, em 1980 as instituições privadas assumiram a liderança em números quantitativos de alunos presentes no ensino superior, sendo predominante em seu perfil o ensino, e não a pesquisa como as instituições públicas (Oliven, 2002). Na década seguinte, de 70, foram implementadas várias normas voltadas ao ensino superior, que possibilitaram um crescimento no ensino superior. Nesse período também foram criadas também instituições não universitárias, de sua maioria privadas, para atender aqueles que procuravam o ensino superior.

A partir da década de 1980, teve o fortalecimento da diferença entre universidade de pesquisa, que era caracterizada por ser as públicas, e universidade de ensino, as particulares, sendo sancionadas essas características anos depois através do decreto 2.306, de 19 de agosto de 1997, que criou o regimento do sistema federal de ensino, de acordo com LDBEN, de 1996. Esse decreto segrega as universidades e os centros universitários, sendo os centros universitários expostos como coadjuvantes, que não precisam realizar pesquisas e as universidades protagonistas (Souza, Miranda e Souza, 2019).

Com o fim da ditadura militar em 1985, foi um processo gradual que durou trouxe uma série de mudanças políticas, sociais, econômicas, tanto internas quanto externas, à medida que cresciam as pressões por democratização, o movimento

popular que por meio de muitas estratégias, ganhava mais forças. Conforme por Motta: “As negociações e arranjos permitidos durante a ditadura serviram de precedente, e estímulo, para que novos acordos fossem estabelecidos na chamada transição democrática” (Motta, 2018).

A transição de volta à democracia foi marcada pela abertura política e uma série de mudanças foram iniciadas pelos próprios militares após muita luta dos movimentos sociais e população, que resultou na eleição de forma indireta do presidente Tancredo Neves em 1985. Entretanto, o atual presidente Tancredo acabou falecendo antes mesmo de tomar posse, sendo a gestão assumida pelo seu vice José Sarney, que assumiu a presidência e deu continuidade ao processo de redemocratização do Brasil.

Durante o governo do então presidente José Sarney, a Constituição Cidadã de 1988 entrou em vigor, situando-se no topo do ordenamento jurídico, foi uma das principais conquistas para a democracia do Brasil. Ela estabeleceu os direitos civis, a autonomia universitária e instituiu uma série de medidas que consolidaram a democracia no país, tendo atitudes que visavam evitar o retorno do autoritarismo.

Uma importante pauta que a constituição de 1988 traz referente aos direitos civis é a educação, sendo agora um direito de todos os cidadãos brasileiros, conforme exposta no capítulo III da legislação como:

Art. 205: A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988)

Sendo assim, a Constituição de 1988 está localizada no topo sob todas as leis, trazendo novas políticas e benefícios para a educação, como a autonomia universitária e indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão (Art. 207). Com a sociabilidade do ensino superior, em 1996, foi criada a Lei 9.394 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que em suas diretrizes sobre a educação do Ensino Superior, atribuiu a responsabilidade a União sobre manutenção do ensino superior público, conforme o Capítulo IV, que contém os preceitos desse nível de educação, sendo hoje, a lei principal de educação no Brasil.

A classificação das instituições de Ensino Superior no Brasil foi reconfigurada pela LDB de 1996, que, dentre suas renovações, trouxe a natureza acadêmica e a dependência administrativa. A primeira foi definida por decretos complementares, dentre os quais estão os Decretos no 2.406/97 e

no 3.860/01. Entre as instituições, além das que já existiam, foram criados mais dois novos modelos (as universidades especializadas e os centros universitários). Foram criados também novos tipos de cursos e programas, dentre os quais vale ressaltar os cursos sequenciais (no nível da graduação), os mestrados profissionais e a regulamentação da educação a distância (Souza, Miranda e Souza, 2019, p.4).

Na atual conjuntura, a educação na perspectiva dos direitos humanos e sociais representa um campo de lutas e conquistas, pois desde sua estruturação no Brasil a principal característica do ensino foi marcada pela permanência do elitismo e seletividade, sobretudo no que se refere ao campo da educação superior, conforme elucidado abaixo por Melo et al:

A história da educação superior no Brasil não pode ser analisada sem considerar-se sua relação com o desenvolvimento sócio-histórico brasileiro. A história de nossa sociedade é marcada pelo elitismo e pela exclusão, com implicações semelhantes em nossa educação e consequentemente no ensino superior. Do período colonial, passando pelo Império até a Primeira República, os projetos e iniciativas no campo do ensino superior evidenciaram esses dois traços: um ensino voltado para as elites, para aqueles que podiam pagar e uma série de obstáculos e mecanismos que excluía a maior parte da população do acesso ao nível superior (Melo, Santos, Andrade, 2009, p.10).

Dialogando com o exposto, mesmo com a redemocratização do Brasil e a constituição cidadã, a segregação ainda permaneceu, as universidades, mesmo a pública, sendo gerida pela federação, Estado ou município, ainda não era para todos, pois quem adentrava era a elite, tendo sua presença na pública e particular, não sobrando espaço para o proletariado.

Isso se dá pois, a princípio as universidades não foram criadas para atender as necessidades de pesquisa e novos conhecimentos, mas sim por uma função estratégica, manter a hierarquia da classe dominante, detentora de toda riqueza e poder societário. (Maciel, Lima e Gimenez, 2016).

Contudo, devido ao aumento das universidades privadas, os novos meios de trabalho no Brasil que exigia o ensino superior, e as políticas sociais de inclusão, o proletariado começou a adentrar as universidades ainda de forma tímida, mas só foi ter uma maior quantidade de estudantes da classe trabalhadora com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

O REUNI, foi um programa instituído pelo Governo Federal do Brasil por meio do Decreto 6.096 de 24 de abril de 2007. O programa teve como objetivo criar condições para ampliação do acesso e permanência no ensino superior, melhorando

o aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos preexistentes nas universidades federais (Brasil, 2007).

O programa foi uma virada de chave para mudar o perfil da universidade pública, fazendo com que a classe trabalhadora pudesse ter uma maior expectativa e acesso ao nível superior, que conforme Duarte, “O objetivo dos direitos sociais é corrigir desigualdades próprias das sociedades de classe, aproximando grupos ou categorias marginalizadas”. (Duarte, 2007, p. 698).

Como todo programa, cuja definição é alcançar uma meta de longo prazo, geralmente voltada a uma transformação significativa, com o REUNI não foi diferente, o programa foi concluído oficialmente em 2012, observado por estudiosos como um programa de grande relevância para expansão do ensino superior “O maior projeto público de expansão da educação superior no período em estudo, foi o REUNI, sendo responsável pelo aumento de 60,05% das matrículas presenciais na rede federal.” (Mancebo, 2015, p. 151)

Por um lado, o programa REUNI também teve impacto nas universidades particulares, após a legislação as particulares também tiveram um grande crescimento, pois as universidades em geral tiveram maior visibilidade e dada sua devida importância para a educação continuada e a mão de obra superior qualificada. Contudo, por outro lado a ampliação em massa do ensino superior privado acabou se tornando uma problemática, pois diferente da pública que tem por objetivo a pesquisa, conforme abordado anteriormente, a privada tem como foco apenas o prepara para o mercado de trabalho, não fomentando aos seus estudantes um pensamento social crítico.

Nos dias de hoje, a educação, em específico a superior, se tornou uma mercadoria, pois não é mais pautada como um direito social e sim mercantilizada por intermédio do capitalismo, tendo como foco um único objetivo, o lucro.

O movimento de fusões e aquisições de IES privadas tem proporcionado o crescimento do setor privado por meio da lógica do capital financeiro e da constituição de oligopólios, consubstanciado, por um lado, uma espécie de fabricação e venda da mercadoria ensino superior e, por outro, uma transformação na forma como se estruturava a educação superior privada no país. Observa-se, cada vez mais, a tendência de transnacionalização do capital no setor mercantil da educação superior. (Diniz, Oliveira e Lima, 2021, p.15)

Com a mercantilização da educação, os estudantes são levados a uma experiência educacional superficial, se tornando profissionais operacionalista, no qual

fazem aquilo que é determinado, sem saber o intuito final e não tendo a perspectiva crítica. Contudo, devido a ampliação do ensino superior e a transfiguração do perfil nas universidades, sendo assim, se fez necessário pensar estratégias de inclusão para essa nova classe social presente para se manter no ambiente universitário.

No próximo capítulo, abordaremos em detalhes a implementação das políticas de assistência estudantil voltadas para os estudantes de baixa renda que ingressam no ambiente universitário. A assistência estudantil tem se mostrado uma ferramenta essencial para garantir a permanência e o sucesso acadêmico de estudantes que enfrentam desafios socioeconômicos. Tais políticas não se limitam apenas ao auxílio financeiro, mas também englobam ações que tem por objetivo melhorar a qualidade de vida, condições de acesso e inclusão no ambiente universitário

2.2 IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL - PNAES NAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS

Com a socialização do ensino para além da classe elitizada, se fez necessário pensar em políticas de inclusão social universitária como forma de equidade para o novo perfil presente. Destarte, com o ingresso na universidade surge outro desafio, permanecer, ter qualidade de ensino e concluir o tão desejado curso superior.

Em 2007, o Ministério da Educação (MEC), através da portaria normativa nº 39 de 12 de dezembro de 2007, após uma longa recorrência das taxas de evasão no ensino superior e pela pressão popular, instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) juntamente com o REUNI, executado a partir de 2008, como estratégia de combate às desigualdades sociais e regionais para a permanência de alunos vulnerabilizados socioeconomicamente no ensino superior (Brasil, 2007).

Com isso, resultante da portaria normativa de 2007, é implementado o decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010 que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil nas Universidades Federais (Brasil, 2010). À princípio, apresenta-se como um programa de assistência estudantil para estudantes de baixa renda matriculados em cursos de ensino superior (graduação) na modalidade presencial em universidades federais, tendo como principal objetivo a equidade entre os estudantes, contribuir para melhorar o desempenho acadêmico e combater a evasão.

De acordo com Dias e Guimarães (2024), diante de seus levantamentos de dados, concluem que PNAES E PNAEST tiveram impacto positivo frente a permanência estudantil, mas que ainda são políticas focalizadas e incipientes.

As ações são executadas pela própria instituição de ensino, que através da presença do Serviço Social, deve fazer essa atribuição, como destaca-se os objetivos do programa no cerne do decreto:

I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (Brasil, 2010, p.1).

Sendo assim, o Programa atende como prioridade estudantes vindos de escolas públicas e com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio¹. Como atribuição, o PNAES oferece assistência estudantil em dez esferas: Assistência à moradia estudantil; alimentação; transporte; saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche e apoio pedagógico e participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação, abaixo o artigo 4º que discorre sobre as atribuições e funções da PNAES:

Art.4º As ações de assistência estudantil serão executadas por instituições de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aqueles que atendam as necessidades identificadas por seu corpo discente. [...] Parágrafo Único. As ações de assistência estudantil devem considerar as necessidades de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras (Brasil, 2010).

Assim, a PNAES como um modelo educacional para ser desenvolvido no âmbito social leva em consideração as demandas apresentadas pelos estudantes, contribuindo para o fortalecimento do sistema de ensino, fazendo com que o espaço universitário seja mais diversificado e inclusivo.

2.3 IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL PARA AS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICAS ESTADUAIS (PNAEST)

De acordo com os dados do Censo da Educação Superior de 2022, sendo o disponível no momento da elaboração desta pesquisa, nos últimos 10 anos, a rede

¹ Em 2010, ano da implementação do programa o salário mínimo estava no valor de R\$ 510,00 reais.

superior de ensino federal teve um aumento de 23,7% no número de seus estudantes matriculados. No mesmo período, as universidades estaduais cresceram em média 4,8% e as municipais tiveram uma redução de 58,7% no número de matriculados. No mesmo ano, entre as instituições federais, ocorreu uma variação negativa de 1,9%, enquanto a rede estadual houve um aumento de 3,4% e a municipal de 3,3% (INEP, 2022). Com o aumento das matrículas no ensino superior das universidades estaduais e municipais, se fez necessário criar políticas públicas específicas designadas para que incumbissem essas universidades.

O fato da PNAES subsidiar apenas as universidades federais e não englobar as estaduais e municipais, tornou necessário criar uma política de assistência estudantil específica para tal finalidade, visto as demandas presentes. Com isso, foi criado o Programa Nacional de Assistência Estudantil para as Instituições de Ensino Superior Públicas Estaduais (PNAEST), instituído pela normativa nº25, de 28 de dezembro de 2010 (Brasil, 2010) sendo as universidades estaduais em específico contempladas com a assistência estudantil.

O programa PNAEST, assim como o PNAES, tem por objetivo central a democratização do acesso e permanência de estudantes de baixa renda, combater as desigualdades sociais presentes no ambiente universitário, visando a conclusão permanente dos estudantes contemplados pelo programa. Contudo, com a implementação, houve uma ampliação dos programas de AE, trazendo atribuições como moradia estudantil, subsídio alimentação, auxílio maternagem/paternagem, restaurante universitário, etc.

A moradia estudantil é um espaço com quartos e demais cômodos coletivos, destinados a habitação estudantil de calouros e veteranos que se encontram em vulnerabilidade socioeconômica; o subsídio alimentação é destinado para todos os estudantes garantirem o mínimo da segurança alimentar; o auxílio maternagem/paternagem é visado para os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica que tenha responsabilidade direta por crianças de até 12 anos de idade incompletos e o restaurante universitário tem a responsabilidade de ofertar refeições diárias com preço acessível aos seus usuários.

No Estado de São Paulo, as três universidades estaduais são contempladas pelo PNAEST: Universidade de São Paulo (USP); Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Universidade Estadual Paulista (UNESP). As três instituições paulistas têm políticas de assistência estudantil semelhantes. A partir do quadro podemos identificar as políticas de permanência estudantil que integram a assistência

estudantil nas universidades estaduais paulistas, conforme apresentamos a seguir na Tabela 1:

Tabela 1 - Auxílios de assistência estudantil ofertados pelas universidades estaduais de São Paulo USP, UNICAMP e UNESP

Universidade	Modalidade do auxílio	Valor do auxílio em reais
USP	Auxílio financeiro integral	800,00
USP	Auxílio financeiro parcial	300,00
USP	Moradia Estudantil	-
USP	Restaurante Universitário	2,00
UNICAMP	Auxílio Social	816,00
UNICAMP	Auxílio Estudo e Formação	1.088,00
UNICAMP	Auxílio Moradia	655,00
UNICAMP	Auxílio Moradia Estúdio	1.080,00
UNICAMP	Auxílio transporte	200,00
UNICAMP	Moradia Estudantil	-
UNICAMP	Restaurante Universitário	3,00
UNESP	Auxílio Socioeconômico 1	525,00
UNESP	Auxílio Socioeconômico 2	420,00
UNESP	Auxílio Especial	500,00
UNESP	Subsídio Alimentação	315,00
UNESP	Auxílio Estágio	500,00
	Auxílio	
UNESP	Maternagem/Paternagem	500,00
UNESP	Moradia Estudantil	-
UNESP	Restaurante Universitário	2,55

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados de PAPFE/USP (2023) SAE/ UNICAMP (2023) e COPE/UNESP (2024)

Como exposto, todas as universidades estaduais que atuam de forma presencial no Estado de São Paulo: USP, UNICAMP e UNESP estão desenvolvendo suas ações de permanência estudantil conforme o Programa Nacional de Assistência Estudantil para as Instituições de Ensino Superior Públicas Estaduais.

Na USP, o Programa de Apoio à Permanência e Formação Estudantil, conhecido como PAPFE desenvolve as ações de permanência da Universidade de São Paulo e tem por objetivo executar o suporte aos estudantes que estão em condições de vulnerabilidade socioeconômica por meio da concessão de auxílios, conforme a resolução nº 8555 de 22 de dezembro de 2023 (USP, 2023).

A UNICAMP, através do Serviço de Apoio ao Estudante-SAE, integra a política de permanência estudantil da instituição ofertando auxílios para a permanência de estudantes, com o valor do auxílio social em R\$816,00 mensais fora as outras modalidades presentes (UNICAMP, 2024). A universidade adotou como referência os valores das bolsas semelhante as pagas pelas agências de fomento a pesquisa.

Já na UNESP, a Coordenadoria de Permanência Estudantil-COPE cumpre as medidas estabelecidas pela PNAEST oferecendo auxílios socioeconômicos no valor de R\$525,00 mais o valor do subsídio alimentação, disponibilizado para todos os estudantes que recebem algum dos auxílios. Os auxílios de permanência são estabelecidos pela Resolução UNESP nº33/2023 de 09 de março de 2023, e regulamentado pela Portaria UNESP nº27/2023 (UNESP, 2023).

O auxílio alimentação, embora na USP e UNICAMP já seja integrado diretamente aos demais auxílios financeiros, é concedido em todas as universidades federais e estaduais. No caso da UNESP, todos os beneficiados com algum dos auxílios sociais, têm o direito de receber o subsídio de alimentação no valor atual de R\$315,00, como forma de contribuir na garantia da segurança alimentar dos estudantes em vulnerabilidade social.

Semelhantemente, todas as instituições pesquisadas têm em comum a Moradia Estudantil e o Restaurante Universitário. A moradia estudantil da USP em alguns campi, localiza-se dentro da própria área da universidade, tais como o campus de Ribeirão Preto, Butantã, Bauru, Piracicaba, São Carlos e Pirassununga. A UNICAMP, abriga cerca de 1.000 estudantes em suas moradias, composta por um conjunto de 300 unidades habitacionais, na cidade de sua sede institucional principal,

Campinas (UNICAMP, 2023). A UNESP é uma universidade de múltiplos campus, presente em 24 cidades do interior paulista, as moradias estudantis da UNESP estão presentes em 13 cidades e disponibilizam 1.240 vagas no total (UNESP, 2024).

O Restaurante Universitário também segue uma padronização de preço. A USP oferece o café da manhã a R\$0,50, almoço e jantar a R\$2,00, tendo opções onívoras e vegetarianas (USP, 2023). A UNICAMP, adquire a mesma construção da USP, sendo o café da manhã oferecido aos discentes (graduação, especialização, mestrado e doutorado) a R\$2,00, já o almoço e jantar a R\$3,00 aos estudantes (UNICAMP, 2023). A UNESP, segue a mesma linhagem das demais instituições, entretanto, não são todos os câmpus que ofertam o café da manhã, o almoço e jantar estão presentes em todos os campi que tem o restaurante universitário, pelo preço de R\$2,55, tendo opções para vegetarianos (UNESP, 2024).

Em suma, destacamos a relação do Programa Nacional de Assistência Estudantil para Instituições de Ensino Superior Públicas Estaduais desenvolvidas nas universidades estaduais desta pesquisa, que de forma geral, é realizado por ambas as instituições analisadas e são executados e destinados para a linha de ação, contudo, ainda que insuficientes, garantindo apenas a permanência mínima de sobrevivência aos estudantes.

Segunda dados do anterior Censo da Educação Superior (2014) a taxa de estudantes que não concluem o ensino superior é relevante, fazendo com que predomine ainda mais a importância do projeto de permanência estudantil, sendo um dos principais fatores causas sociais, como: a falta de condição socioeconômica, dificuldade de aprendizagem, cansaço, dificuldade em conciliar as atividades acadêmicas com o emprego, etc (INEP, 2014).

Quando um branco e um negro procuram emprego idêntico, dentro do mesmo nível técnico e profissional, o processo seletivo montado faz com que ele seja na maioria das vezes preterido nesses locais de trabalho. Mesmo se ele tiver capacidade idêntica à do branco, é marginalizado pelo processo de peneiramento que a sociedade competitiva exerce (Moura, 2021, p. 75).

A questão racial é de forma explícita interligada a assistência estudantil, as ações afirmativas de cotas, permanência estudantil, programas e projetos voltados aos mais vulneráveis são de extrema importância, principalmente para população negra, que seu ingresso na educação devido ao período de escravidão foi de uma forma tarde, gerando segregação, conforme apontado por Moura.

Com base nisso, é possível identificar que o PNAES foi fundamental para a criação de uma política específica para as instituições estaduais, visto que há um sucateamento maior das universidades estaduais comparada com as federais no quesito de repasse de verba para a manutenção das atividades. Com a análise dos dados da presente pesquisa aponta-se que as políticas de assistência e permanência estudantil são desenvolvidas com o intuito de atenuar os efeitos e feitos da desigualdade social presente na educação superior.

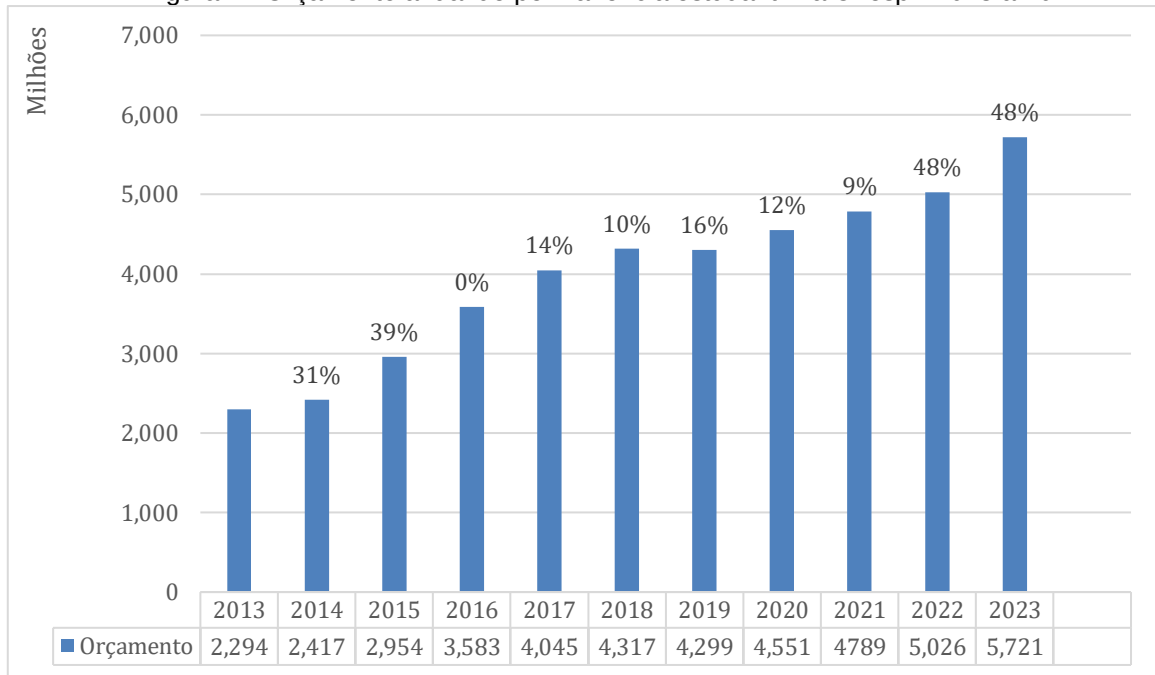
Contudo, ainda perduram os desafios para ampliação e globalização das políticas de assistência estudantil, como compreender de forma profunda a realidade e necessidade dos atendidos pela política e fazer com que haja maior acesso e permanência no ensino superior.

2.4 IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL PARA AS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICAS ESTADUAIS NA UNESP

A Universidade Estadual Paulista executa a Política de Permanência Estudantil através da Coordenadoria de Permanência Estudantil-COPE, criada em agosto de 2013, juntamente com a contribuição da Comissão Permanente de Permanência Estudantil-CPPE, com o objetivo de planejar, estabelecer estratégias, acompanhar e avaliar programas e projetos dentro do ambiente universitário, focando nos objetivos a serem alcançados pela PNAEST (COPE, 2023). Com isso, desde a sua implementação a coordenadoria e comissão criaram várias modalidades de auxílios estudantis para os atendidos, fazendo com que diminuísse a taxa de evasão, e também ao longo da trajetória permitiu que os contemplados com auxílio socioeconômico financeiro 1 ou 2 pudessem acumular com bolsas ou estágio.

Os avanços no âmbito da COPE só foram permitidos devido a um investimento financeiro em permanência estudantil na Unesp, visto os resultados que obtiveram com a implementação do programa e sua relevância para os estudantes vulnerabilizados socioeconomicamente permanecerem no ambiente acadêmico. Segundo dados do relatório anual da Coordenadoria de Permanência Estudantil, em 2014 foram investidos R\$10.500.000,00, oito anos depois, em 2022 o número triplicou para R\$38.395.000,00 e em 2023 R\$56.907.000,00, comparado com a origem houve um aumento sétuplo ao valor de origem investido (COPE, 2023). Como demonstrado abaixo:

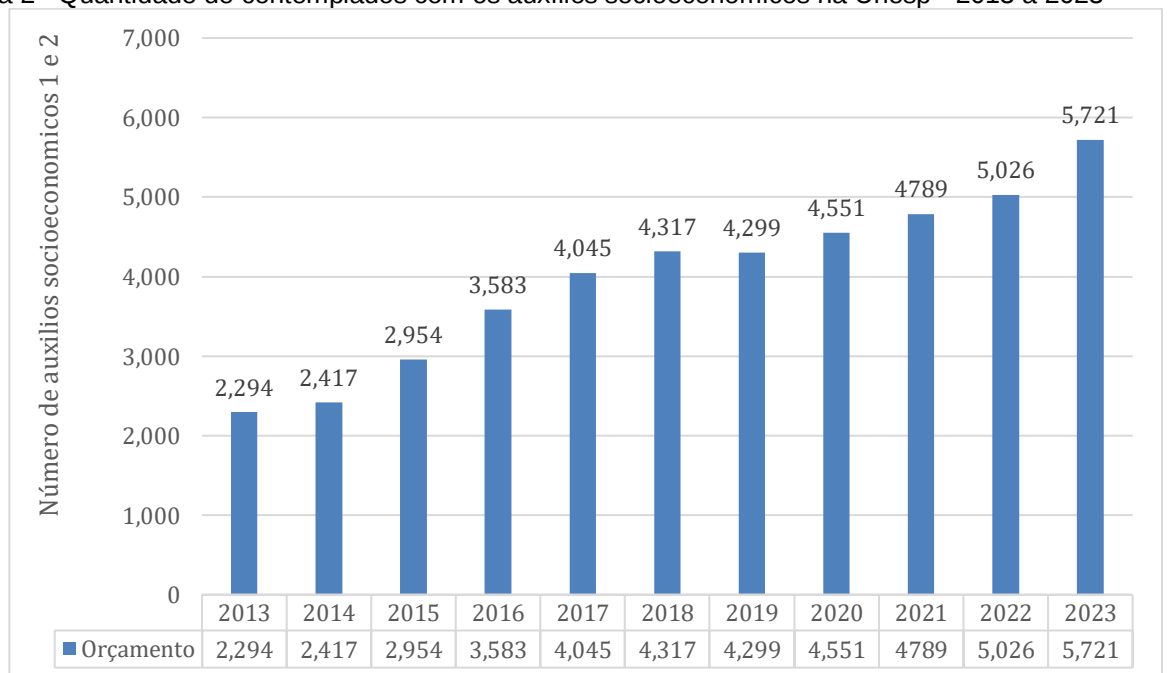
Figura 1 - Orçamento anual de permanência estudantil na Unesp - 2013 a 2024



Fonte: Coordenadoria de Permanência Estudantil (COPE) (2023).

Desde 2014, a COPE já atendeu mais de 42.000 estudantes, sendo todos participantes que se enquadrem nos critérios estabelecidos para o recebimento do auxílio de assistência estudantil, contemplados. O gráfico abaixo traz a quantidade anual dos atendidos.

Figura 2 - Quantidade de contemplados com os auxílios socioeconômicos na Unesp - 2013 a 2023



Fonte: Coordenadoria de Permanência Estudantil (COPE) (2023).

Analisando o gráfico, pode-se perceber que a quantidade de recursos e auxílios aumentaram durante o período avaliado, com a mudança do perfil dos estudantes e o aumento de maiores ingressantes advindo de escolas públicas, majoritariamente em vulnerabilidade socioeconômica, pensando nisso, se faz necessário criar novas políticas para o atendimento. Outrossim, com o intuito de fortalecer as políticas, a COPE estabeleceu parcerias estratégicas com demais instituições para ampliar os benefícios de assistência estudantil para aqueles que dela necessitarem.

Sendo assim, exemplificando, foram implementados os seguintes projetos: Programa livro permanente que tem como objetivo distribuir dois livros por ano de forma gratuita para alunos da permanência, incentivando a leitura; Aprimoramento em línguas estrangeiras, que oferece cursos de espanhol, inglês e francês para estudantes, sendo os atendidos pela permanência estudantil isentos da taxa semestral de matrícula; Programa de apoio à aquisição de instrumentos para estudantes de odontologia, entre outros projetos vigentes (COPE, 2023).

Outras parcerias que a COPE também firmou ao longo desses anos com instituições externas foram: Programa PIBIC Afirmativo, sendo PIBIC ações afirmativas PPI², PIBIC ações afirmativas PcD³, PIBIC ações afirmativas trans, com o intuito de ampliar e englobar os pesquisadores de Iniciação Científica; Programa de inclusão digital, no qual concede mediante a empréstimo equipamentos de informática para os estudantes contemplados com algum auxílio da permanência estudantil, que se encontre em situação de vulnerabilidade socioeconômica; Projeto de enfrentamento à precariedade menstrual, que tem o intuito de assegurar às pessoas que menstruam, ofertando um *kit* pessoal para manter a higiene íntima durante todo o período menstrual; Política de Segurança Alimentar Sustentável-SANS (COPE, 2023).

O intuito da Coordenadoria de Permanência Estudantil da Unesp é auxiliar minimamente de forma digna os beneficiários que se encontram em vulnerabilidade socioeconômica a permanecer no espaço acadêmico, visando para além de somente o auxílio financeiro, mas também observando minuciosamente os empecilhos presentes, assim, estabelecendo estratégias. E em conjunto com a Comissão

² PPI é a sigla utilizada para se referir a pretos, pardos e indígenas no contexto de vagas afirmativas aos candidatos autodeclarados em conformidade com a Lei nº 12.711/2012 (Brasil, 2012).

³ PcD é a sigla utilizada para referir às pessoas com deficiências no contexto da reserva de vagas em conformidade com a Lei nº 13.409/2016 (Brasil, 2016).

Permanente de Permanência Estudantil- CPPE consolidar e assegurar uma política de Assistência e Permanência Estudantil eficaz, condizente com as demandas e os princípios estabelecidos pela PNAEST.

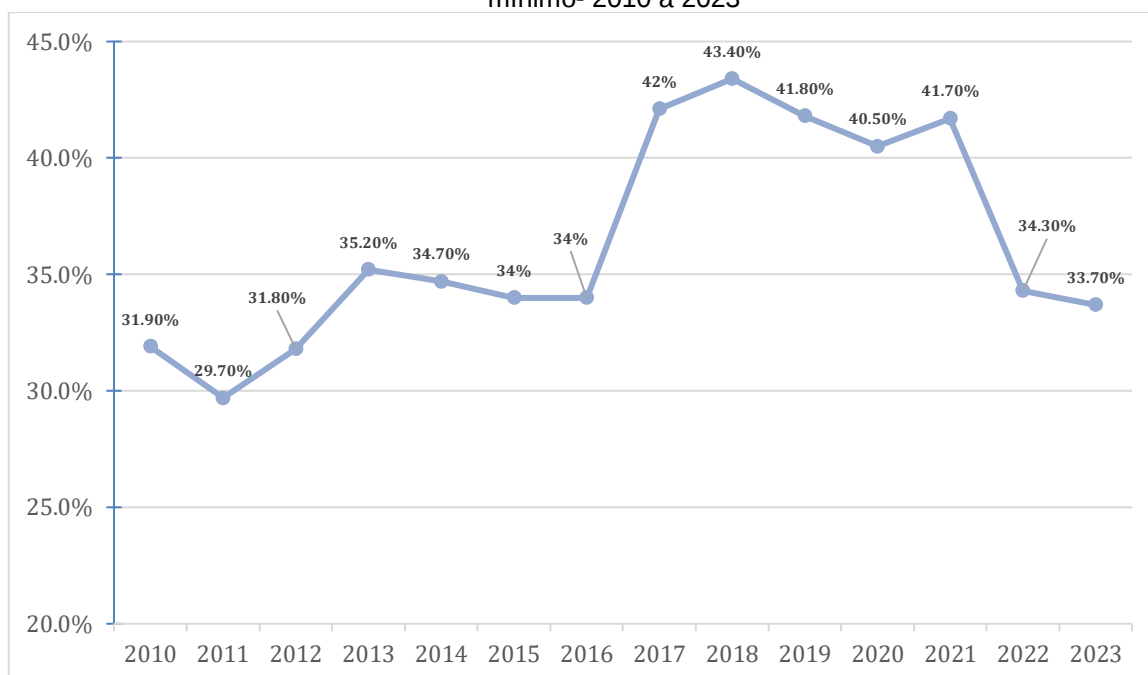
Os critérios para a concessão de auxílios na Unesp até o ano de 2023 permaneceu vigente a Resolução nº 78/2016, de 07 de outubro de 2016 (UNESP, 2016), substituída pela Resolução 33/2023 de 09 de março de 2023 (UNESP, 2023) e pela Portaria Unesp nº 27/2023 (UNESP, 2023), com algumas modificações presentes no ano de 2024. Prevendo os seguintes valores e modalidades de auxílios estudantis⁴:

- a) Auxílios Socioeconômico 1: R\$525,00
- b) Auxílio Socioeconômico 2: R\$420,00
- c) Moradia Estudantil: 1.240 vagas
- d) Auxílio Especial: R\$525,00
- e) Subsídio Alimentação: R\$315,00
- f) Auxílio Estágio: R\$525,00
- g) Auxílio transporte: Valor varia do ordenado por cada campus da Unesp
- h) Auxílio Maternagem/Paternagem: R\$525,00

Abaixo o gráfico que disponibiliza os dados referente a renda per capita dos ingressantes dos anos 2010 a 2023:

⁴ Todos os beneficiários contemplados com os auxílios de permanência estudantil são acompanhados do subsídio de alimentação. Por exemplo: os estudantes que recebem o Auxílio Socioeconômico 1 ou 2, respectivamente também receberão o valor do subsídio alimentação totalizando R\$840,00 para o Auxílio 1 e R\$735,00 para os contemplados com o Auxílio 2

Figura 3 - Quantidade de ingressantes com renda familiar per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo- 2010 a 2023

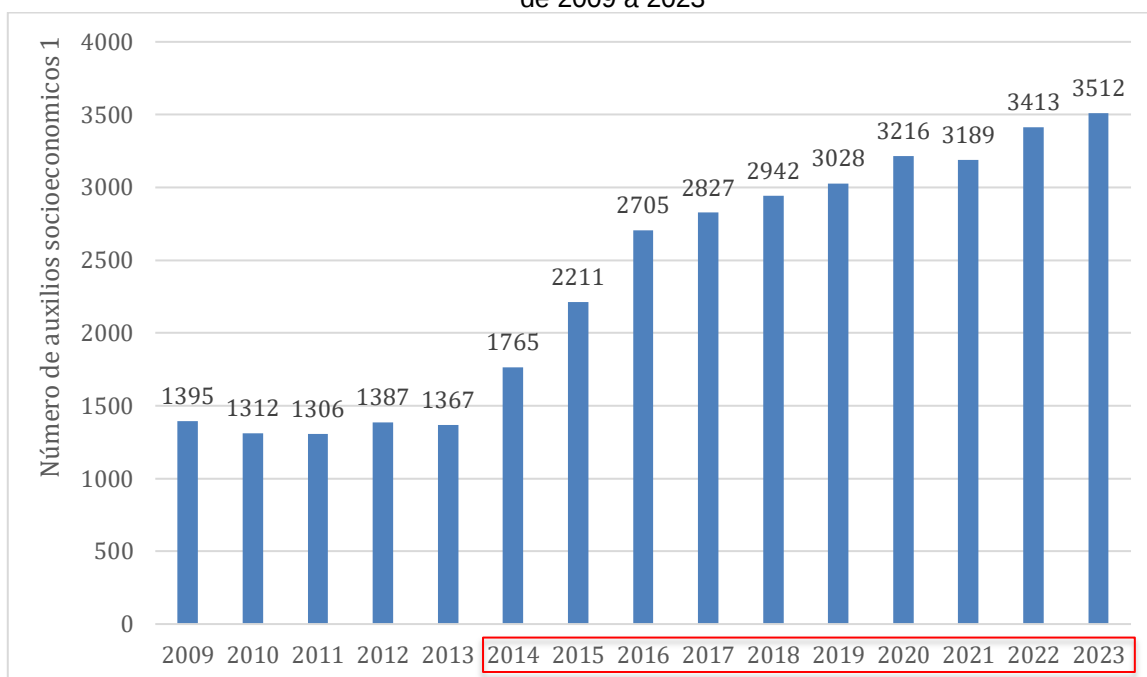


Fonte: Coordenadoria de Permanência Estudantil (COPE) (2023).

Podemos observar que o ápice de ingressantes com renda inferior ou igual a 1,5 salário mínimo foi em 2018 sendo 43,4%, elevando fortemente o percentual comparado com os dados da implementação em 2014 de 34,7%. Durante o período de pandemia 2020 a 2022 os números tiveram oscilações relevantes, causados e amplificados devido às consequências da Covid-19.

Contudo, o número de demandas de solicitações para os auxílios de permanência teve uma elevação como reflexo da pandemia e da desigualdade estruturada ainda presente. Abaixo, o gráfico com o percentual anual contendo esses dados

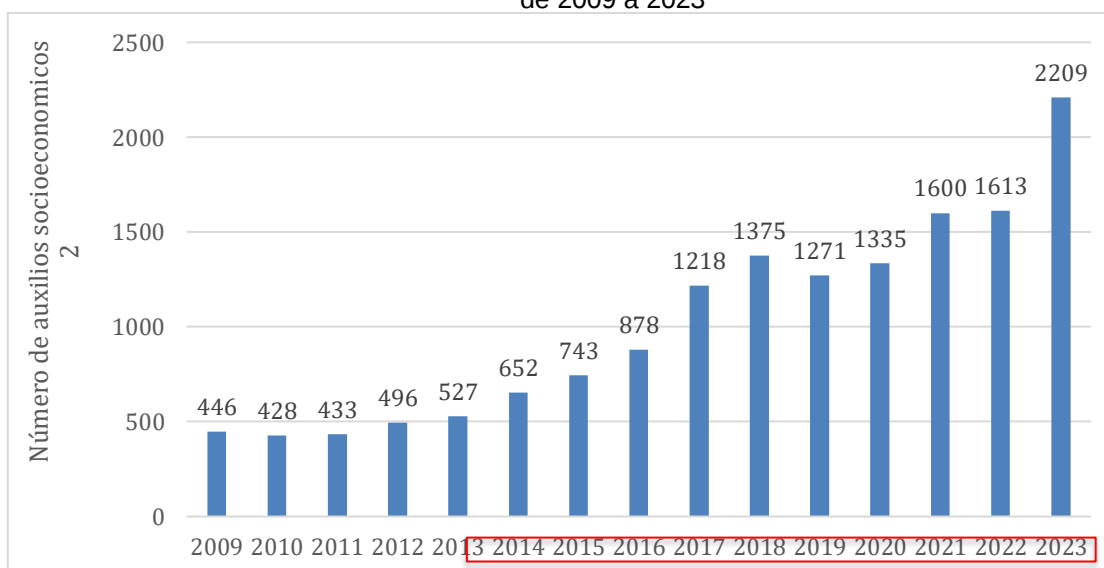
Figura 4 - Quantidade auxílios socioeconômico 1 concedido aos estudantes pela Unesp entre os anos de 2009 a 2023



Fonte: Coordenadoria de Permanência Estudantil (COPE) (2023).

A figura acima descreve em valores numéricos a quantidade de auxílios destinados à permanência estudantil, na modalidade do socioeconômico 1. O grifo em vermelho, significa que a partir de 2014, foi instaurada a lei de cotas da Unesp e desde então, a solicitação e concessão do auxílio socioeconômico 1 aumentou bruscamente. Em seguida, a figura 5 descreve os auxílios da modalidade socioeconômico 2:

Figura 5 - Quantidade auxílios socioeconômico 2 concedido aos estudantes pela Unesp entre os anos de 2009 a 2023



Fonte: Coordenadoria de Permanência Estudantil (COPE) (2023).

Desde 2014, com a implementação da COPE, passou-se a ter um olhar minucioso para os estudantes em estado de vulnerabilidade social e econômica, buscando estabelecer formas para a não evasão e permanência dos mesmos. A Unesp, que tem o seu reconhecimento social pela sua excelência acadêmica e pioneirismo nas ações afirmativas no Estado de São Paulo, para garantir que todos os alunos tenham a oportunidade de concluir seu curso de graduação, investiu altamente em permanência estudantil.

Podemos observar que a partir de 2014 o número de estudantes beneficiados com algum tipo de auxílio socioeconômico só aumentou, isso se dá devido ao cuidado que a instituição teve ao longo do tempo para garantir os direitos daqueles que necessitam, tendo dobrado o número de beneficiários comparado de 2014 a 2023.

De acordo com Vasconcelos e Galhardo (2016), os fatores socioeconômicos e culturais interferem de forma direta e indireta quando um estudante vai prestar uma vaga em universidades públicas, em sua formação e no número de evasão. Isso se dá pois o sistema de ensino básico público é falho comparado com os das escolas particulares, fazendo com que os estudantes de escolas públicas fiquem à margem quando comparados com os vieram de escolas particulares.

A conclusão de um curso superior é um fator determinante para o desenvolvimento pessoal e profissional dos estudantes, sobretudo daqueles de famílias em vulnerabilidade, o diploma pode representar uma oportunidade de ascensão social e melhoria da qualidade de vida para os estudantes e familiares. A instituição ao investir em estratégias de permanência estudantil para esses estudantes se manterem e concluir o curso de graduação está contribuindo para a construção de um futuro melhor individualmente e para a sociedade como um todo.

2.5 ANÁLISE DO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL PARA AS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICAS ESTADUAIS NA UNESP FCHS- FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

A Universidade Estadual Paulista-Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, campus de Franca, foi criada em 1962, denominada, então, como Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca, sendo um dos institutos isolados de Ensino Superior do Estado de São Paulo. No ano de 1968, sua instalação foi transferida para o Colégio Nossa Senhora de Lourdes, um tradicional colégio da cidade de Franca-SP

que existe desde 1888. Em 1976, a faculdade, até então isolada, foi incorporada à Unesp.

O Campus de Franca hoje é composto por 4 cursos de graduação, sendo: Serviço Social, Relações Internacionais, Direito e História. O curso de Bacharel em serviço social foi um dos primeiros cursos implementados em 1976, possui a duração de 4 anos, com 36 vagas para o período matutino e 45 no noturno para o ingresso no ano de 2025 (Vunesp, 2024).

O curso de Relações Internacionais da Unesp de Franca é o mais novo do campus, implementado em 2002, na então denominada Faculdade de História, Direito e Serviço Social (FHDSS), que em 2010 passou a chamar-se de Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS), por meio da resolução Unesp nº 37, de 14 de dezembro de 2010 (Unesp, 2010). Hoje abrange mais de 300 alunos do curso, sendo 45 vagas no período vespertino e 45 no noturno para o ingresso no ano de 2025 (Vunesp, 2024).

O curso de Direito é um dos mais tradicionais e procurados da Universidade Estadual Paulista, implementado em 1984, tendo uma demanda média de cerca de 28 candidatos por vaga (Unesp, 2024). O bacharelado tem duração de 5 anos e para o vestibular de 2025 oferece 54 vagas para cada período, diurno e noturno e vagas de reserva para estudantes de escolas públicas e pessoas negras, assim como os demais cursos da Unesp (Vunesp, 2024).

O curso de graduação em História oferecido pela Faculdade de Humanas e Sociais de Franca foi implantado em 1963, ainda na recém criada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, tendo duração de 4 anos e que hoje conta com 45 vagas disponíveis para os períodos diurno e noturno no vestibular de 2025 (Vunesp, 2024).

Ao todo, por ano, são ofertadas mais de 360 vagas no campus FCHS no âmbito da graduação, além das vagas para os programas de pós graduação do campus, que atualmente são 4: Direito, História, Serviço Social e Planejamento e Análise de Políticas públicas que são preenchidas por estudantes da cidade de Franca e diversas outras cidades.

O campus da FCHS tem como política instituída aos estudantes o NTAE- Núcleo Técnico de Apoio ao Estudante que é um dos responsáveis juntamente com a assistente social do campus pela permanência estudantil. Assim como os demais campus da Unesp, o de Franca também é respaldado pela COPE, na qual envia anualmente recursos financeiros da cota fixa da unidade, tendo esse valor repassado

às demandas da permanência estudantil e o envio final ao estudante contemplado pelo processo seletivo socioeconômico de permanência estudantil.

No quadro 2 é demonstrado que a COPE envia anualmente recursos financeiros de um valor da cota fixa para cada unidade, e também conforme solicitado, os valores para os auxílios emergenciais, para quem dele necessitar. Posteriormente, a vice -diretoria da unidade do campus abre as inscrições para o processo seletivo e os estudantes precisam seguir determinadas atribuições que constam no processo seletivo

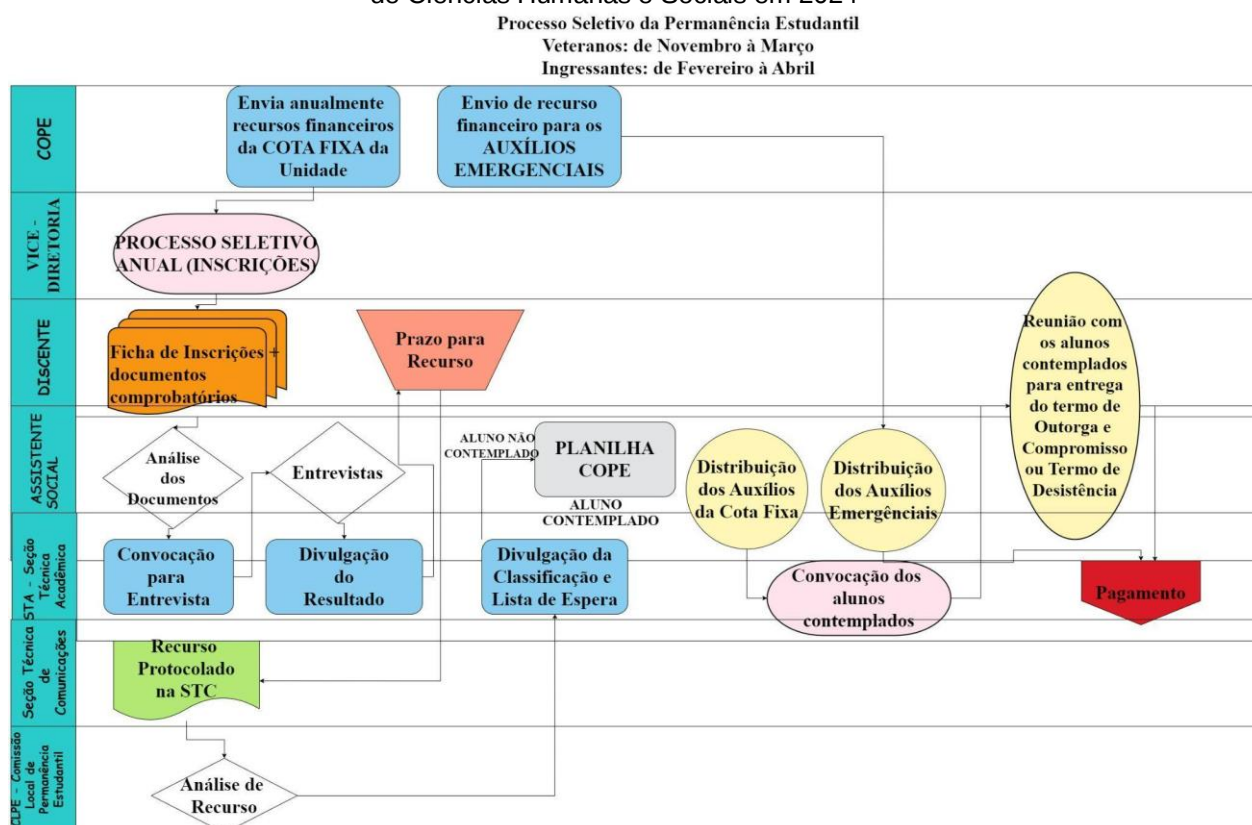
Referente aos discentes, os mesmos têm por função preencher uma ficha de inscrição e enviar os documentos solicitados conforme o edital vigente. Após, os documentos serão analisados pela assistente social do campus, que depois da análise juntamente com a Seção Técnica Acadêmica (STA) convocarão os candidatos para uma entrevista socioeconômica, havendo prazo para recursos, caso o estudante não seja aprovado, sendo protocolado pela Seção Técnica de Comunicação (STC) e analisado pela Comissão Local de Permanência Estudantil (CLPE).

A STA, é responsável pela divulgação de modo público da classificação e lista de espera do processo seletivo, aos alunos contemplados com auxílio advindo do repasse da cota fixa serão convocados pela STA para uma reunião individual para a entrega do termo de outorga e compromisso que deverá ser assinado pelo beneficiário e depois o mesmo passará a receber o auxílio.

O aluno não contemplado, entrará na planilha da lista de espera, no caso a COPE enviará recurso financeiro conforme a quantidade solicitada para os auxílios emergenciais, que serão distribuídos pela assistente social concordante a lista de espera presente. Seguindo o mesmo esquema, os alunos contemplados com o emergencial, passarão por uma reunião para entrega referenda do termo de outorga e compromisso ou termo de desistência, recebendo o auxílio posteriormente essas etapas, conforme as datas estabelecidas no edital.

A figura abaixo demonstra esquematicamente através do fluxograma as etapas do processo descrito:

Figura 6 - Fluxograma com as etapas do processo seletivo de permanência estudantil da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais em 2024



Fonte: Núcleo Técnico de Apoio ao Estudante (NTAE) (2024).

No ano de 2024, a COPE se atualizou e começou a utilizar o auxílio da tecnologia para a seleção dos beneficiários da permanência estudantil, implementando o sistema denominado “Siscope”. Essa inovação trouxe vantagens notáveis, como a agilidade no processo de organização da documentação. Anteriormente os estudantes enviavam seus documentos por e-mail, o que gerava risco de esquecimentos e atrasos, atrapalhando todo o processo de avaliação.

Com a atualização da COPE para o novo sistema tecnológico, a coleta dos dados e informações tornou-se mais ágil. Entretanto, essa mudança leva a preocupações relevantes, embora o sistema auxilie os assistentes sociais no manejo dos dados, há o risco de que a utilização de tecnologias avançadas possa desvalorizar a profissão e o trabalho. A análise dos dados, não deve se restringir apenas aos fatores econômicos, é fundamental considerar o âmbito socioeconômico de bem-estar e acesso dos estudantes, na qual uma inteligência artificial pode não captar.

A perspectiva minuciosa do assistente social, diante a sua ferramenta de atuação norteadora que é a questão social, é essencial para compreender as complexidades das realidades e dinâmicas dos estudantes, identificando aquilo que

vai além dos números. Sendo assim, é essencial pautar que a tecnologia deve complementar e não substituir.

No primeiro semestre de 2024, a Universidade Estadual Paulista no campus de Franca recebeu um total de 411 inscrições por meio do sistema Siscope. Essas inscrições foram realizadas por estudantes que solicitaram a avaliação socioeconômica para concessão de auxílios destinados a permanência estudantil. Após a análise seguindo os critérios, constatou-se que 346 desses estudantes atenderam os critérios para o auxílio. Com o resultado, eles foram contemplados com uma das formas de auxílio que a universidade oferece⁵.

A Unesp oferece mais de 5 modalidades de auxílios sociais, sendo os mais solicitados o auxílio socioeconômico 1 e 2 que estão no valor de R\$525 e R\$420 sucessivamente, mais o valor fixo do subsídio alimentação de R\$315. O valor do repasse público para a permanência estudantil do campus de Franca é de R\$2.863.875,00 destinado para os auxílios socioeconômicos 1 e 2 mais o subsídio alimentação, os demais auxílios, como estágio, maternagem são repassados conforme as demandas e solicitações.

Dessa forma, dos 346 estudantes contemplados pela permanência estudantil, 192 foram beneficiados com o auxílio socioeconômico 1 e 131 pelo auxílio socioeconômico 2. Os auxílios visam apoiar e facilitar a continuidade dos estudantes na instituição, que demonstra o comprometimento da universidade em promover a inclusão e a permanência de alunos em situação de vulnerabilidade econômica.

Os demais auxílios, que são encaminhados conforme a demanda e não advém da cota fixa, são o estágio, no valor de R\$500, concedido ao estudante que faz o estágio curricular obrigatório não remunerado em outro município, quando não se pode ser realizado na cidade onde localiza-se a universidade, nessa modalidade no 1º semestre de 2024 tiveram 4 contemplados.

Já o auxílio maternagem/ paternagem destinado para aqueles que são responsáveis diretos por crianças de até 12 anos incompletos de acordo com o Estatuto da Criança e Adolescente, teve um total de 8 contemplados que atendeu os critérios nessa modalidade. Para os estudantes com deficiência ou mobilidade reduzida que se enquadrem nos critérios que vulnerabilidade socioeconômica

⁵ A partir desse parágrafo, todos os dados abordados foram fornecidos via e-mail pelo Núcleo Técnico de Apoio ao Estudante (NTAE) da Unesp, campus de Franca. Essas informações estão ilustradas no anexo 1 e 2 a partir da página 60 deste trabalho, que apresenta os dados quantitativos referentes à permanência estudantil 2024, permitindo uma análise mais aprofundada do contexto e da realidade dos estudantes nesta instituição.

estabelecida, há a concessão do auxílio especial, no valor de R\$500, em fluxo contínuo, tendo na FCHS, 1 pessoa contemplada com essa modalidade. E no âmbito da moradia estudantil teve um total de 40 contemplados.

A questão racial perpassa a questão social, visto que com a cotas raciais, houve um grande aumento de estudantes negros na universidade. Essa discussão se aproxima ao que Gomes (2018), retrata sobre a importância da valorização negra na educação, as políticas sociais se fazem extremamente relevantes para o ingresso e permanência desses estudantes, que em parte necessita da permanência estudantil para se manter no espaço acadêmico. Na Unesp FCHS em 2024, dos ingressantes através das cotas raciais PPI'S, 31 deles foram contemplados com algum tipo de auxílio.

Os dados acima fonte dessas informações, que foram solicitadas à assistente social da Unesp, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais por meio de *e-mail*⁶. A assistente social gentilmente respondeu com os dados requisitados, conforme exposto em anexo a partir da página 60 deste documento.

A permanência estudantil da Unesp é fundamental para garantir o acesso e a continuidade da formação acadêmica de estudantes, especialmente aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica, e é necessário trazer a raça que está intrínseco à questão social para o debate. Ao oferecer auxílios financeiros, suporte psicológico e programas de inclusão, a Unesp contribui para que os estudantes possam se concentrar em seus estudos, reduzindo a evasão escolar e promovendo um ambiente mais confortável.

Além disso, as iniciativas fortalecem a diversidade no campus, fazendo com que mais pessoas permaneçam e concluam os seus cursos, preparando os estudantes para o mercado de trabalho. Desse modo, a permanência estudantil não apenas implica diretamente nos alunos atendidos, mas reforça o compromisso da universidade pública com a justiça social e diminuição das desigualdades.

No próximo capítulo, abordaremos a Política Sans, analisando de que forma a Política de permanência estudantil da Unesp demonstra um comprometimento

⁶ Para a aquisição das informações referente a permanência estudantil 2024, foi imprescindível solicitar, por meio de um ofício, a autorização do vice-diretor da Unesp, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Essa autorização foi necessária para que a assistente social do campus pudesse compartilhar os dados, permitindo assim que fossem utilizados de maneira adequada neste trabalho. O anexo A, presente na página 60 diz respeito ao ofício intitulado "OFÍCIO 01" que foi enviado para o vice-diretor, Dr. Murilo Gaspar do solicitando a autorização para o recolhimento e utilização dos dados sobre a permanência estudantil 2024 da Unesp-FCHS. O anexo B, presente na página 61, expõe o e-mail enviado pela assistente social após a prévia autorização com os dados solicitados.

genuíno com a segurança alimentar dos alunos. Vamos explorar as estratégias implementadas e avaliar sua eficácia em promover o bem-estar dos estudantes em relação às necessidades alimentares e nutricionais.

3 A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA POLÍTICA SANS

3.1 INTRODUÇÃO A SEGURANÇA ALIMENTAR

O termo Segurança Alimentar ganhou forças a partir da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), sendo abordada como uma questão social, política e cultural. A disponibilidade de alimentos, o acesso de pessoas aos mesmos e o consumo adequado nutricional, são os 3 pilares estruturais sobre esse conceito.

Em 1974, a Conferência Mundial da Alimentação ocorrida em Roma, definiu a Segurança Alimentar como sendo a garantia de suprimento alimentar adequado. Logo, em a definição da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) definiu-a de forma mais complexa como uma condição onde todos têm acesso, disponibilidade e consumo adequado de alimentos em porções com nutrientes suficientes para repor e manter as energias necessárias. “A maneira pela qual a sociedade produz e consome alimentos tem profundo impacto na saúde das populações, nas relações sociais e no meio ambiente” (Domene *et al.*, 2023, p. 181).

O direito humano à alimentação adequada é um benefício de todos os cidadãos e dever do Estado, tanto no âmbito federal, estadual e municipal, cabendo ao provedor realizar, proteger e respeitar essas garantias. No ano de 1993, na 2ª Conferência Mundial de Direitos Humanos em Viena, o direito à alimentação foi inserido como essencial aos demais direitos fundamentais, tornando-se instituído na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), colocando o Estado na posição de base provedora responsável pela alimentação populacional (ONU, 1948).

Em contrapartida, a desnutrição, fome e pobreza estão intrinsecamente ligadas à questão da (In)segurança alimentar, tendo uma forte relação entre si. Dados publicados no relatório do II VIGISAN, demonstraram que cerca de 30,7% dos lares brasileiros entre 2021 e 2022 conviviam com insegurança alimentar moderada ou grave, ou seja, havia insuficiência no acesso e consumo de alimentos, não adquirindo a porcentagem de nutrientes suficientes (Rede PENSSAN, 2022).

Para além da questão da insegurança alimentar, há o obstáculo da obesidade que vem aumentando cada vez mais, no Brasil e no mundo, principalmente em países capitalistas primitivos, como Estados Unidos e China, onde a mecanização e cotidianidade fazem com que o público acabem optando por *fast food*, causando consequências negativas como a obesidade e riscos à saúde.

A análise racial mostrou que o cenário se agravou entre as famílias chefiadas por pessoas negras (pardos e pretos), a insegurança alimentar foi predominante em

mais de 60% desses domicílios pesquisados, sendo respectivamente 34,4% por pardos e 39,1% por casas chefiadas por pessoas autodeclaradas pretas. A questão racial carrega os reflexos do período de escravização, sendo a população negra, a mais afetada por vulnerabilidades, conforme Fornazier aponta:

O racismo é peça indispensável para o capitalismo, pois é o elemento que azeita a máquina de exploração e dominação do capital sobre os corpos racializados e também o sustentáculo de profundas iniquidades históricas vivenciadas pela maioria da população no país, que é constituída de negros e negras, representando 55,8% de brasileiros(as), conforme aponta o IBGE (2019) (Fornazier, *et al.*, 2023, p. 122).

O racismo, diferente do que se pensa, não começa na sociedade capitalista, ao contrário, a sociedade capitalista que se estruturou e conservou-se no racismo, reproduzindo ainda outros tipos de opressão sob os corpos negros. A predominância dos racismos ainda nos dias de hoje na sociedade é lucrativo, se existe o racismo, tem alguém se beneficiando com isso, com a mão de obra barata executada por pessoas negras, consequências advindas do reflexo do período de escravidão ao não criar políticas de inclusão, deixando os ex-escravizados a margem da sociedade, visto que não podiam mais usufruir da sua mão de obra de forma explorada, passou-se então sucatear e marginalizar cada vez mais (Almeida, 2020)

A relação do capitalismo e a segurança alimentar estão intrínsecas, uma vez que o sistema capitalista não apenas se alimenta de desigualdades, como também se beneficia da insegurança alimentar. Assim como faz com o racismo, através de novas formas de exploração de mãos de obra, que serve para contribuir com a margem de lucro, a falta de acesso a alimentos adequados e nutritivos também gera a mais-valia para o grande produtor. Dessa maneira, os lucros são adquiridos através dos mais empobrecidos, gerando um ciclo de exploração e desigualdade que favorece os interesses do capital, conforme reafirmado abaixo:

A carência da alimentação que resulta das situações de fome e o aumento dos riscos à saúde humana em decorrência do empobrecimento da dieta alimentar, derivado do progressivo processo de padronização alimentar, não podem ser separados do problema do controle direto e indireto do capital transnacional sobre a produção, distribuição e consumo que, cada vez mais, subordinada às formas culturais de realização das necessidades humanas, submetendo biodiversidade e conhecimentos tradicionais dos povos à sanha da acumulação (Firmiano, 2022, p.139).

Contudo, a segurança alimentar é uma questão que emerge sendo um tema central nas discussões sociais e políticas desde a segunda guerra mundial, gerando diversos impactos. Os três pilares fundamentais são: a disponibilidade, acesso e consumo adequado dos alimentos, mas o que ocorre é que determinado público social, que tem determinantes sociais de classe, raça/etnia/cor, não se beneficia por ser privado de forma direta e indireta há ter acesso a um desses pilares.

A interconexão entre o racismo, empobrecimento e insegurança alimentar evidencia um ciclo de exploração diretamente relacionado ao capitalismo dominante, no qual os lucros de uma grande minoria são gerados às custas da saúde e bem-estar de muitos.

A luta pela segurança alimentar digna está ligada ao enfrentamento das desigualdades históricas, o que nos leva a conclusão de que para corrigir algo novo é necessário antes combater as estruturas antigas. Sendo assim, Sant'Ana e Masson (2018) destacam que "A questão agrária necessita ser discutida enquanto particularidade da questão social de formação profissional, assim como precisa estar nas pautas de luta dos profissionais" (Sant'Ana e Masson, 2018, p.211)

3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO BRASIL

Determinadas Políticas Públicas são direcionadas diretamente ou indiretamente a Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil, o objetivo dessas políticas é erradicar a insegurança alimentar, desnutrição e obesidade, fazendo com que haja uma alimentação saudável e rica dos nutrientes necessários. Uma das mais importantes políticas públicas é o Programa Nacional de Alimentação Escolar, no qual é regulamentado pela Lei nº 11.947/2009 (Brasil, 2009) e pela resolução CD/FNDE nº 06/2020 (Brasil, 2020).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) tem o compromisso com as escolas públicas municipais, estaduais ou federais desde o ensino básico, para garantir a alimentação nutritiva dos estudantes matriculados, contribuindo para a fase de desenvolvimento, aprendizagem e rendimento escolar. Os recursos para o programa são encaminhados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), sendo importante destacar que segundo as diretrizes, 30% dos recursos desse programa devem ser usados na compra de alimentos da agricultura familiar (Brasil, 2020)

A garantia de uma alimentação nutritiva na fase escolar é fundamental, segundo os dados da Fundação Abrinq (2019) o relatório nominado “Cenário da infância e adolescência no Brasil” de 2019, apontou que 47,8% dos menores de 14 anos de idade vivem em condição domiciliar de baixa renda (Abrinq, 2019). Esses dados elucidam inúmeras situações, para muitas dessas crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade de alta complexidade, a alimentação na escola é a única refeição feita no dia.

A fim de contribuir para o combate à insegurança por intermédio da educação, a PNAE também tem por objetivos a promoção de hábitos saudáveis, pois incentiva a promoção de práticas alimentares desde a infância, o que pode impactar positivamente a saúde ao longo da vida. Também, valoriza a agricultura familiar, desempenho escolar, que de acordo com Ferreira, Alves e Mello (2019), o PNAE é um programa fomentador de identidades alimentares.

Outro programa importante é a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), sendo o ministério da saúde o responsável de formular políticas de alimentação e nutrição. Assim, a PNAN é o modelo principal de política alimentar, com bases em respeito, proteção e promoção dos direitos humanos à saúde e à alimentação em todos os espaços (Brasil, 2013).

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) (2013) regulamentado pela Lei 14.628 de 2023 (Brasil, 2023) incentiva a aquisição de alimentos da agricultura familiar, fomentando os pequenos produtores e contribuindo para uma alimentação livre de agrotóxicos. As frutas, legumes e hortaliças adquiridas pelo governo são destinados para educação, saúde, assistência social, justiça e Organizações da Sociedade Civil (OSC), em específico para pessoas em situação de maior vulnerabilidade, melhorando a qualidade da alimentação.

O Brasil vem trabalhando para fornecer uma qualidade de vida digna desde a implementação do Programa Fome Zero, no governo do Presidente Lula em 2003. O fortalecimento de políticas públicas aliadas com o Bolsa Família, colaboram para a luta no combate às desigualdades presentes. O Programa Fome Zero (2003) foi criado para combater a fome e garantir a segurança alimentar, destinava-se para cerca de 44 milhões de milhões de pessoas consideradas em extrema pobreza.

Para implementar o então Programa Fome Zero, criou-se o Ministério de Combate à Fome e reimplantou o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, incentivando os demais Estados e cidades para que formassem os seus respectivos conselhos locais, visando aumentar a participação e controle social. Em

2004, o então Ministério de Combate à Fome, criado de modo extraordinário, é extinto e cria-se o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, marcado pelo lançamento do Programa Bolsa Família, fruto dos programas de Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, Auxílio-Gás e Cartão Alimentação.

A criação do Programa Bolsa Família (Brasil, 2003) ganhou reconhecimento nacional e internacional no combate a desigualdade social e à pobreza, foi através desse programa que o Brasil saiu do mapa da fome pela primeira vez em 2014. “Se, ao final do meu mandato, todos os brasileiros tiverem a possibilidade de tomar café da manhã, almoçar e jantar, terei cumprido a missão da minha vida”, essa foi a fala do novamente atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva no seu discurso de posse presidencial em 2003 em seu primeiro mandato.

Desta forma, com as políticas públicas voltadas para a questão de segurança alimentar, entre os anos 2002 e 2013, diminuiu em 82% o número de brasileiros em situação de subalimentação. Conforme abordado por Carolina Maria de Jesus: “O Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já passou fome. A fome também é professora. Quem passa fome aprende a pensar no próximo e nas crianças” (Jesus, 2015, p. 26)

Condizente a perspectiva de Carolina Maria de Jesus, que embora suas escritas sejam da década de 60, a autora já estava bem à frente de seu tempo, tendo uma visão social crítica e sensível, denunciando através de suas escrevivências todo o descaso e negligência do Estado com os empobrecidos.

Diante da citação acima, podemos reconhecer a importância de ter um presidente como o Lula na liderança de um país, sua gestão destaca-se por ter uma responsabilidade social com aqueles que mais necessitam, provendo políticas sociais que buscam a redução de desigualdades e inclusão social, alinhando-se com o que Carolina já apontava em suas obras, a necessidade de um gestor que priorize a justiça social e o bem-estar dos cidadãos.

Em contrapartida aos grandes feitos, apesar desses avanços, o neoliberalismo em ascensão gerou mudanças no cenário político, econômico e social do país, houve um grande retrocesso diante ao problema da fome. Os índices têm piorado nos últimos anos, e em 2022, durante a pandemia de COVID-19 o Brasil acabou voltando para o mapa da fome.

3.3 A POLÍTICA SANS DA UNESP

A Universidade Estadual Paulista, sendo uma universidade pública e tendo como direcionamento a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- Lei nº 9.394 (Brasil, 1996) e a Lei fundamental e suprema do Brasil, Constituição de 1988 que diz que o direito a educação é garantido a todos os cidadãos, dever da família e do Estado, tem como objetivos e obrigações alguns requisitos específicos a serem assegurados (Brasil, 1988).

A Constituição Federal de 1988, em seu Capítulo II, que trata dos direitos sociais, estabelece no artigo 6º que a educação, saúde, alimentação, trabalho e moradia são direitos fundamentais que devem ser garantidos a todos os cidadãos (Brasil, 1988). De acordo com esse marco legal, a Unesp, sendo uma universidade pública estadual mantida pelo Estado, tem o dever de implementar as diretrizes e direitos presentes na Constituição.

Para Raquel Silva Borges e Maria Célia Borges (2021) a Constituição Federal foi um grande marco e avanço principalmente para educação superior no Brasil, “A real efetivação das legislações contribuiu com a superação destes e outros obstáculos e com o direito do acesso ao ensino superior” (Gomes; Gomes, 2021. p.17)

Nesse sentido, a Unesp como representante do Estado no âmbito da educação, deve garantir o cumprimento dos direitos assegurados pela lei suprema do Brasil. Sendo assim, neste capítulo do trabalho abordaremos de forma detalhada em específico como a Universidade Estadual Paulista assegura o direito à alimentação aos seus estudantes, reforçando seu compromisso com a promoção da assistência e bem estar-estudantil.

Em concordância ao exposto, a Unesp, através da Política de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável, denominada como Política SANS, tem por intuito garantir a segurança alimentar dos estudantes, principalmente daqueles que estão em maior desproteção social. A SANS da Unesp iniciou como uma comissão cujo propósito era elaborar propostas de Política de Segurança Alimentar e Nutricional para a Unesp, conforme a Portaria Unesp nº71, de 29 de julho de 2022 (Unesp, 2022), e iniciou os trabalhos em agosto do mesmo ano.

Como uma das primeiras maiores ações, a Comissão SANS em 2023 coordenou um plano de ação emergencial voltado aos restaurantes universitários de todos os campi da Unesp, elaborando estratégias alternativas para os polos que não o possuem. Essas ações emergenciais foram fundamentais para assegurar o mínimo da segurança alimentar enquanto a política maior estava em desenvolvimento, em concordância com o intuito das universidades públicas, sendo as ações exposta no

“Relatório Final da Comissão para Elaborar Proposta de Política de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável para a Unesp” (SANS, 2023). Conforme abordado abaixo:

As Instituições de Ensino Superior Público do Brasil, frente ao seu compromisso social, a qual seja, acolher os mais diversos segmentos da população e criar condições para uma permanência digna na universidade, ao mesmo tempo em que busca formar capital humano e produzir conhecimento comprometido com as demandas socioculturais do seu tempo (SANS, 2023, p. 8).

Visando a alimentação como também uma forma de permanência estudantil dentro da universidade, pensando nisso, a iniciativa de construir uma política SANS em específico para a Unesp, observou-se que o processo deveria ser interdisciplinar, intersetorial, participativo e perene (SANS, 2023). Sendo assim, para a então construção, a comissão utilizou como metodologia a teoria da mudança, essa teoria explica como um conjunto de ações pontuais produz resultados de longo prazo.

A construção da política SANS, por meio do método da teoria da mudança, foi e está sendo um processo coletivo, dialogando com a comunidade unespiana, através de visitas técnicas aos campi da instituição para conhecer os ambientes aos quais seriam trabalhados, sendo executadas pesquisas com o propósito de familiarizar-se com as práticas de consumo da comunidade, e identificar se há insegurança alimentar entre os ocupantes da universidade.

Além de entender que o desafio era complexo, foi constatado que ele era urgente, o que demandou ações emergenciais durante a construção da Política. Essas ações constituíram-se da suplementação nos subsídios para refeições dos estudantes e de uma cobertura emergencial às unidades que não dispõem de restaurantes universitários (SANS, 2023, p. 9).

Para o desenvolvimento da Política de forma participativa e com toda Unesp, foi desenvolvida a “Semana SANS” nas datas de 12/06/2023 até 15/06/2023 e no dia 03/08/2023, de forma online para agregar um maior número de contribuintes. Durante esse período, foram realizadas oficinas, discussões para construir propostas e estratégias para a política em construção em conformidade com os atributos do Direito Humano à Alimentação Adequada (SANS, 2023)

O intuito das oficinas foi promover a participação da comunidade unespiana na elaboração da Política SANS e os específicos foram: gerar propostas de curto, médio e longo prazo para o desenvolvimento da política SANS; compreender as expectativas

da comunidade unespiana sob a SANS; levantar o debate sobre a segurança alimentar nos campi da Unesp (SANS, 2023)

Como resultado desse evento da semana SANS, as principais demandas manifestadas pelos participantes foram: uma coordenação para a Política SANS; comissão permanente no âmbito central da Unesp; comissão permanente no âmbito das unidades da Unesp; participação de todos os segmentos da comunidade; e divulgação das ações executadas, construção de jardins, pomares e hortas comunitárias para uma maior abrangência de formas de segurança alimentar. (SANS, 2023).

Diante ao exposto, é importante destacar a relevância da participação popular, pois conforme abordado por Santana, Andrade e Andrade (2022) a participação popular amplia a democracia plena e os movimentos sociais aglutinam forças. Sendo assim, podemos observar que as políticas têm que ser planejada e votadas por quem dela irá se beneficiar, pois só assim será possível ter uma real efetividade

Por fim, como exposto no relatório “Há um consenso de que os recursos para a Política SANS devem ser progressivos e independentes” (SANS, 2023, p. 12), isso sugere que os recursos destinados a SANS devem ser alocados de forma progressiva gradualmente, e de forma independentes para não comprometer sua efetividade. Contudo, o impacto almejado perante aos programas e sistema de intervenção proposto dependerá de mudanças setoriais da instituição, como estrutura física e estratégias de novas formas de gestão.

3.4 OS RESTAURANTES UNIVERSITÁRIOS, PLANOS E PROGRAMAS DE POLÍTICA SANS NA UNESP

A construção da Política SANS da Unesp que está em desenvolvimento, a comissão regente pôde observar as demandas presentes e fazer um levantamento sobre os Restaurantes Universitários (R.U) que estão ou não presentes em cada campus. Em vista disso, a Comissão de SANS verificou-se a necessidade de fazer uma pesquisa *in loco* em cada unidade da Unesp para compreender como cada gestão se organiza.

As visitas feitas pela SANS tiveram como objeto de análise fatores de condições estruturais dos R.U, a prevalência de cantinas ou não, Restaurantes Populares (Bom Prato), presença ou ausência de refeitórios, inquietações e

questionamentos da comunidade unespiana referente tudo que envolve a possível forma de garantir a segurança alimentar (SANS, 2023).

A pesquisa de campo é um instrumento essencial para se conhecer a realidade mais profundamente, pois segundo Guerra “Possibilita ao homem manipular e modificar as coisas a fim de atribuir-lhes propriedades verdadeiramente humanas, no intuito de converterem-nas em instrumentos/meio para o alcance de suas finalidades” (Guerra, 2000, p. 3). Por isso, dada a devida importância e ressaltando conforme exposto por Guerra, o fato da Comissão iniciar os trabalhos da Política SANS conhecendo seus territórios de cada unidade da Unesp foi fundamental para o pontapé inicial.

Como resultado dessa pesquisa de campo feita pela Comissão SANS in loco, o principal objetivo foi mapear essas barreiras encontradas e fazer uma análise, para então estabelecer estratégias de soluções, visando a melhoria e qualidade. A comissão SANS que destinou seus estudos a essa atribuição, executou as visitas nas unidades da Unesp, no 1º e 2º semestre de 2023.

Assim, observou-se a necessidade de investimentos que permitam a melhoria das condições de alimentação pela criação, reforma e ampliação de RUs, ou outros serviços de alimentação, e espaços destinados à realização de refeições. Há necessidade de ações imediatas e planos a médio e longo prazo que permitam minimizar as diferenças e dificuldades encontradas nas Unidades e garantir acesso a alimentação de qualidade a toda a comunidade universitária, principalmente aos estudantes, em todos os câmpus (SANS, 2023).

O trabalho de diagnóstico é uma ferramenta essencial para o planejamento eficaz de políticas públicas, pois assim permite a identificação das necessidades e os desafios enfrentados. Ao fazer o levantamento e analisar os dados, esse diagnóstico fornece uma base concreta para tomada de decisões, possibilitando a formulação de estratégias que realmente atendam às demandas dos atendidos. Dessa forma, essa etapa inicial não apenas orientou a criação de intervenções mais adequadas e eficazes, mas também promoveu a participação da comunidade, assegurando que as políticas sejam representativas das necessidades do coletivo.

Em vista disso, após o levantamento de todos os dados a Comissão SANS chegou aos seguintes fatos, conforme a figura abaixo:

Figura 7 - Resultados da pesquisa in loco feita pela Comissão SANS em 2023

	UNIDADE	DATA DA VISITA	OBSERVAÇÃO
PERFIL 1 – RU AUTO-GESTÃO	Assis	30/06/2023	*Alteração no perfil após a visita
	Franca	09/03/2023	
	Jaboticabal	27/03/2023	
	Presidente		
	Prudente	14/04/2023	
	Rio Claro	07/11/2023	
	São José do Rio Preto	31/10/2023	
(*) Implantação de jantar terceirizado para incremento no número de refeições a partir do segundo semestre/2023			
	UNIDADE	DATA DA VISITA	OBSERVAÇÃO
PERFIL 2 – RU TERCERIZADO	Araraquara	28/03/2023	FCLAr
	Araraquara	07/11/2023	*IQ, FCF e FOAr
	Bauru	24/04/2023	
	Ilha Solteira	30/10/2023	perfil híbrido com equipe mista
	Marília	23/06/2023	**alteração no perfil após a visita
(*) Devido a distância entre os câmpus o RU atende majoritariamente o público da FCLAr e da FCF			
(**) Implantação do modelo de terceirização via OSC a partir de outubro/2023			
	UNIDADE	DATA DA VISITA	OBSERVAÇÃO
PERFIL 3 – SEM RU E COM CANTINA QUE SERVE REFEIÇÃO			"Bom Prato" em um dos câmpus
	Botucatu	01/09/2023	
	Dracena	15/08/2023	
	Guaratinguetá	27/10/2023	
	São João da Boa Vista	25/09/2023	
	São José dos Campos	28/08/2023	

	São Paulo	19/06/2023	IA/IFT
	São Vicente	26/06/2023	
	Sorocaba	18/08/2023	
	UNIDADE	DATA DA VISITA	OBSERVAÇÃO
PERFIL 4 – SEM RU E COM CANTINA QUE SERVE REFEIÇÃO	Araçatuba	29/05/2023	com cantina, sem refeição opção de refeição
	Itapeva	20/10/2023	congelada
	Ourinhos	21/08/2023	sem contrato de cantina
	Registro	27/06/2023	sem contrato de cantina
	Rosana	14/08/2023	sem contrato de cantina
	Tupã	30/08/2023	sem contrato de cantina
Situação das Unidades Universitárias até outubro de 2023			

Fonte: Comissão SANS (SANS, 2023).

Referente aos Restaurantes Universitários, a resulta foi dividida em quatro partes: R.U em auto-gestão; R.U terceiriza Jaboticabal, Presidente Prudente, Rio Claro e São José do Rio Preto, sendo; Sem R.U e com cantina que serve refeições; Sem R.U e sem cantina que serve Refeição.

A pesquisa mostrou que os Restaurantes que estão em auto-gestão, na qual significa que os funcionários são contratados por intermédio de concurso público, são das unidades de Assis, Franca, Jaboticabal, Presidente Prudente, Rio Claro e São José do Rio Preto, sendo Franca, tendo alterações no perfil após a data da visita, implementando o jantar de forma terceirizada (SANS, 2023).

Dentro desses dados, a equipe SANS pôde observar e pontuar que essa forma de trabalho em auto-gestão faz com que haja um padrão elevado das refeições servidas, um preparado devidamente higienizado, zelo pelo patrimônio público institucional e atendimento qualificado. Por outro lado, alguns apontamentos negativos referente a essa forma é a dificuldade de recompor o quadro de servidores caso haja

afastamento, burocracia do concurso público e a sobrecarga dos trabalhadores (SANS, 2023).

Sobre o perfil 2- R.U terceirizado, os campi de Araraquara, Bauru, Ilha Solteira e Marília adotam esse padrão, sendo a gestão executada pela Organização da Sociedade Civil (OSC), que são responsáveis desde a produção até a distribuição das refeições. No campus de Araraquara em específico, devido a localização do Restaurante Universitário ser na FCLAr e a demanda ser muito grande, não são todos os estudantes que conseguem se beneficiar e se alimentar no R.U (SANS, 2023).

Terceirização, de forma geral significa uma forma de organização estrutural que permite há uma empresa privada ou governamental transferir a outras suas atividades, economizando recursos. A terceirização nos setores públicos é a forma estratégica do avanço do neoliberalismo, trazendo-a como redutora de custo e flexibilização do trabalho, que por traz disso esconde a desvalorização do trabalhador e a baixa qualidade do serviço, conforme abordado por Monteiro:

A estratégia mais eficaz na implantação da lógica neoliberal nas Universidades Públicas tem sido a terceirização. O Estado ao descentralizar os serviços públicos facilitou a entrada das empresas, estas que consequentemente enxergaram oportunidades de expansão de suas atividades no setor público. (Monteiro, 2020, p. 8)

Esse método de gestão permite que haja uma produção das refeições em maiores escalas, por exemplo, no campus de Araraquara e Bauru, cada unidade consegue oferecer mais de 1.000 refeições diárias. As principais conclusões que a equipe SANS observou referente a esse modelo são: Menor qualidade das refeições produzidas, dificuldade da fiscalização do contrato. (SANS, 2023).

O perfil 3-Sem R.U e com cantina que serve refeição foram constatados que câmpus de Botucatu, Dracena, Guaratinguetá, São João da Boa Vista, São José dos Campos, São Paulo, São Vicente e Sorocaba adotam esse método. No campus de Botucatu, o Restaurante Universitário está desativado há um tempo, com isso, foi instalado um Restaurante Bom Prato (Governo de SP) que neutraliza as demandas dos estudantes (SANS, 2023).

Após a análise, os principais pontos negativos da gestão foram: preços elevados por refeições, alta demanda e pouca oferta de refeições, cardápios repetitivos e com pouca variação. Os positivos apontados foram poucos, tendo os negativos ressaltados a eles, a terceirização através de OSC é uma grande

problemática, pois a qualidade do serviço diminui exorbitantemente, e há uma grande precarização de legislações trabalhistas aos funcionários (SANS, 2023).

Os campi sem R.U e sem cantina que sirva refeições, são o de Araçatuba, Itapeva, Ourinhos, Registro, Rosana e Tupã, sendo Araçatuba e Itapeva com cantina mas sem refeições, e os demais, sem contrato de cantina no campus e consequentemente sem nenhum tipo de refeição também. Essa forma de gestão, causa grande preocupação, pois a universidade não está garantindo minimamente a segurança alimentar dos estudantes, sendo o principal motivo disso acontecer a falta de espaço físico para o investimento em equipamentos, restando a comunidade a se renderem a comidas rápidas, como *delivery*, salgados, salgadinhos e alimentos ultraprocessados.

Considerando o maior consumo de alimentos de preparação rápida nas unidades que não dispõe de Restaurante Universitário, Firmiano (2022) destaca: “Não é de se estranhar que ao lado da expansão da fome no planeta também tenhamos o aumento preocupante da obesidade e dos riscos à saúde humana por ela representados.” (Firmiano, 2022, p. 137). Essa reflexão enfatiza a relação entre insegurança alimentar e os padrões alimentares não saudáveis, expondo os desafios de lidar com o acesso alimentar e práticas nutricionais saudáveis.

Por isso, a SANS, para além de somente os Restaurantes Universitários se faz necessária, com a disseminação de práticas de alimentação saudáveis, estabelecimento de estratégias e propagação de oficinas sobre alimentação utilizando alimentos de fácil acesso e baixo valor aos estudantes, distribuição de cesta básica e cestas verdes, etc.

Sendo assim, a Universidade Estadual Paulista desenvolve dois planos condutores de Política SANS, embora sejam distintos em suas aplicações, atuando de forma complementar. O primeiro plano abrange uma perspectiva global, estabelecendo diretrizes e normas que orientam de forma geral a SANS. O segundo plano é voltado para as unidades específicas da universidade, adaptando conforme as necessidades de cada campus, refletindo sua abordagem abrangente e integrada para enfrentar os desafios postos.

O plano global de SANS abrange a instituição como um todo e deve ser elaborado através de uma perspectiva de médio prazo, abrangendo um ciclo de gestão, e de longo prazo, sendo três ciclos de gestão. Este plano estabelece diretrizes claras para as ações da Unesp, focando na promoção da segurança alimentar e

nutricional, educação sobre alimentação saudável e conscientização sobre a importância de se alimentar corretamente e saudável (SANS, 2023).

O plano de SANS das unidades é elaborado a cada quatro anos, sendo voltado para cada campus da Unesp em específico, permitindo que haja adaptações e implementações diante as diretrizes globais de acordo com as suas demandas e necessidades. Essa abordagem descentralizada é importante pois respeita as particularidades e diversidade de cada realidade dos campus, atendendo as demandas dos estudantes, funcionários e docentes. Conforme explícito no relatório final da SANS:

Este plano elaborado a quatro anos, inclui o planejamento operacional das unidades, ou plano de execução orçamentária, que deverá ser elaborado anualmente por cada Unidade com apoio de uma instância específica na gestão central, aqui sugere-se uma Coordenadoria de SANS vinculada à vice-reitoria (SANS, 2023, p. 33).

Ambos os planos são intrínsecos um ao outro e tem por objetivo garantir o acesso a uma alimentação de qualidade e nutritiva, essas ações conjuntas e coordenadas, reafirmam o compromisso da Unesp com um projeto societário para formação de cidadãos conscientes e responsáveis em relação a sua saúde e alimentação.

Referente aos programas de Política SANS, frutos das pesquisas e levantamentos com a comunidade unespiana, a instituição conta com 4 programas globais de SANS, conforme a seguir:

O Programa de Alimentação Universitária da Unesp, tendo seu início com a implementação do primeiro Restaurante Universitário, tem por objetivo promover a SANS para garantir o acesso universal a uma alimentação sustentável e saudável. O programa adapta suas ações às especificidades de cada unidade e tem como objetivo fornecer refeições subsidiadas para a comunidade unespiana, sendo vinculado à coordenadoria de política SANS, integrando também o Plano Global da SANS, financiado por um orçamento específico destinado a isso (SANS, 2023).

O Programa de Infraestrutura para a SANS visa implementar um planejamento específico para aprimorar a infraestrutura para o preparo e consumo das refeições diárias oferecidas pelos Restaurantes Universitários. O intuito é fornecer recursos financeiros e suporte para a execução de obras que garantam a qualidade do preparo e consumo das refeições, vinculado também à coordenação da Política de SANS e operacionalizado em conjunto com as unidades (SANS, 2023).

O Programa de Ações Transversais de SANS, está alinhado com a Agenda 2030 e seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), visto que a universidade enquanto um meio de emancipação tem sua função social. O programa tem por objetivo fortalecer a integração do tripé universitário, ensino pesquisa e extensão, visando colaborar com os desafios globais relacionados a segurança alimentar, beneficiando toda a sociedade diretamente e indiretamente, sendo as ações integradas nas pró reitorias, com possibilidade de captar recursos externos (SANS, 2023).

Por último, mas não menos importante, o Sistema de Comunicação, monitoramento e avaliação da segurança alimentar da Unesp que foi criado em resposta às demandas apresentadas durante a construção da Política SANS, este programa visa sistematizar as informações para permitir decisões, viabilizar a gestão da política por meio de estratégias que promovam a facilidade das ações, tendo uma comunicação, monitoramento e avaliação das políticas, além da coordenação do Sistema de Restaurantes Universitários (SISRU). Esse monitoramento e avaliação serão realizados continuamente, incluindo todos os programas e projetos elaborados (SANS, 2023).

Os planos e programas de SANS na Unesp são fundamentais para promover a saúde e bem estar, sendo também para os estudantes da graduação formas de permanência estudantil dentro da universidade, principalmente o Restaurante Universitário, garantindo-lhes acesso a uma alimentação balanceada e saudável. Essas iniciativas alinham a universidades com os ODS e reforçam o compromisso da instituição com a sociedade e a educação, ao integrar a tríade da universidade, faz com que haja a fomentação e conscientização sobre a importância da alimentação adequada

Assim, esses planos, programas e projetos voltados a Segurança Alimentar e Nutricional, se tornam ferramentas essenciais para o enfrentamento de desafios globais, como por exemplo a fome e desnutrição. Melhorar a qualidade de vida e garantir o bem estar de forma integral dos estudantes fortalece a identidade da Unesp como uma universidade comprometida e ética com o desenvolvimento social e a sustentabilidade, contribuindo para o avanço para tornar o mundo melhor.

4 A POLÍTICA SANS DA FCHS

4.1 A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA SANS DA FCHS E SUAS AÇÕES NO ÂMBITO DA UNIDADE

Através da Portaria Unesp nº 28, de 12 de abril de 2024, foram designados os membros para compor a Comissão Local de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável (CLSANS), a qual é composta por docentes, servidores técnicos-administrativos e discentes (Unesp, 2024). Anteriormente à criação da CLSANS, a gestão das questões relacionadas ao Restaurante Universitário era responsabilidade da Comissão Local do Restaurante Universitário (CLRU), instituída pela Portaria Unesp nº 61, de 18 de setembro de 2023 (Unesp, 2023).

A Comissão Local do Restaurante Universitário estava desativada há bastante tempo, com a implementação da Política SANS na reitoria da Unesp, se fez necessário ter uma nova comissão local voltada a alimentação, então, em abril de 2024 foi instaurada a Comissão Local de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável na Unesp FCHS. Essa movimentação se deu por pressão do movimento estudantil, em específico pelo grupo Núcleo Agrário Terra e Raiz (NATRA), e diante disso a direção da FCHS acolheu a proposta e se movimentou para que a implementação acontecesse.

Até então, antes da Política SANS ser agregada a Unesp, se considerava Política de Segurança Alimentar apenas o Restaurante Universitário, contudo, a comissão trouxe que, embora o R.U seja uma ação importante e fundamental, a SANS não poderia se resumir em apenas isso, então foi fomentado a discussão de um plano local da SANS na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

A Comissão geral da Política SANS no âmbito da reitoria, estabeleceu o prazo de até o final de 2024, para que todas as unidades da Unesp terem se organizado com comissões locais de SANS nos campi da universidade para poder pensar nesse plano da Política de Segurança Alimentar.

O processo de construção da Comissão SANS no campus de Franca foi pautado na perspectiva de que a política vai muito além do que somente o Restaurante Universitário, ele é a principal estrutura, mas não é a Política SANS. Na FCHS temos algumas articulações importantes que fazem parte da SANS, como: Cantina; Cozinha do Centro de Convivência Infantil; Espaço Agroecológico.

Os dados que serão apresentados neste capítulo foram retirados do Plano Local de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS), Campus de Franca, que se encontra em processo de desenvolvimento, porém já aprovado pela Comissão na última reunião e agora irá para a reitoria aprovar. As informações expostas foram disponibilizadas com a devida autorização da Comissão Local de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável da Unesp (CLSANS), na data de 11 de novembro de 2024.

O Plano Local de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável da FCHS, tem por objetivo planejar e implementar ações que garantam aos seus estudantes e funcionários o acesso a uma alimentação segura e saudável. Conforme os dados da FAO, segurança alimentar é definida por “uma condição onde todos têm acesso, disponibilidade e consumo adequado de alimentos em porções com nutrientes suficientes para repor e manter as energias necessárias” (FAO, 1974). Sendo assim, esse plano foi construído a partir do plano maior de Política SANS da reitoria Unesp, que estabeleceu que todas as unidades tivessem um plano local de Segurança Alimentar.

Na Unesp Franca, o processo de elaboração do plano teve início de forma horizontal, dialogado com a comunidade acadêmica, sendo conduzido pela recente Comissão Local de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (CLSANS). A primeira ação concreta no âmbito da FCHS foi desenvolvida a partir do Centro de Convivência Infantil (CCI), por meio de uma pesquisa conduzida pela comissão SANS, na qual foi aplicado um formulário para avaliar os hábitos alimentares das crianças atendidas. O formulário recebeu cerca de 14 respostas, que forneceram informações essenciais para definição das ações subsequentes da CLANS (CLSANS, 2024).

Essa primeira pesquisa realizada junto ao CCI foi importante pois a Sociedade Brasileira de Pediatria e o Ministério da Saúde recomendam não oferecer doces e açúcar adicionado nos primeiros anos de vida da criança, saber sobre a alimentação dos atendidos para além do ambiente escolar é essencial para implementação de estratégias que promovam uma alimentação nutritiva e saudável desde a fase inicial do desenvolvimento. Segundo estudos realizados sobre a influência da alimentação em determinados transtornos em crianças, foi evidenciado que o grande consumo de açúcar, conservante, aromatizante e corante podem prejudicar os sintomas de Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade de crianças (Schunk e Pereira, 2023)

Por isso, iniciar as ações com as crianças foi fundamental para consolidar a educação alimentar desde a base, contribuindo para o desenvolvimento de hábitos saudáveis desde a primeira infância. A atitude adotada permitiu com que a comissão não apenas atendesse somente os estudantes beneficiados pela Política SANS, mas também que envolvesse toda a comunidade da Unesp.

O plano Local de SANS da FCHS é composto por três programas principais: Programa de Alimentação Universitária; Programa de Infraestrutura para SANS e Programa de Ações Transversais (CLSANS, 2024). Os programas têm por intuito englobar todos os serviços voltados a alimentação do campus, como o Restaurante Universitário; Cozinha do Centro de Convivência Infantil (CCI); Cantina do campus; Copa; Cozinha da Moradia Estudantil e também os demais espaços esporádicos voltados a alimentação que a Unesp tem, como o Espaço Agroecológico, que promove o acesso da comunidade acadêmica a alimentos de qualidade produzidos no assentamento, no qual o grupo Núcleo Agrário Terra e Raiz (NATRA) idealizou, também a presença do quilombo das Kitandeiras que é um coletivo de mulheres negras empreendedoras. (CLSANS, 2024)

Em vista disso, diante das diligências da Política SANS da Unesp Reitoria, o plano há de ter metas de curto, médio e longo prazo, objetivando garantir acesso à alimentação nutricional, principalmente para estudantes que se encontram em maior vulnerabilidade socioeconômica. Os programas de ações de SANS visam planejar e executar formas estratégicas que assegurem a segurança alimentar da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Unesp. (CLSANS, 2024). Que em conformidade com a Constituição Federal de 1988, a alimentação é um direito social, a ser garantido pela família e Estado a responsabilidade de efetivação da alimentação adequada a todos os cidadãos.

O Programa Alimentação Universitária tem o Restaurante Universitário como principal objetivo, o Programa garante a oferta de uma alimentação nutricional balanceada e saudável para toda comunidade Unesp, principalmente para os estudantes beneficiados pela permanência que se encontram em maior desproteção social. As metas desse plano são designadas de curto, médio e longo prazo, conforme as diretrizes da Política SANS da Unesp. (CLSANS, 2024)

Sendo assim, conforme Santos et al. (2022) “As políticas contribuem para a promoção do direito de acesso e permanência estudantil nas universidades devem ser articuladas, sob a perspectiva intersetorial” (Santos et al., 2022, p. 16). Sendo assim, diante ao exposto, os autores afirmam que é necessário que para além dos auxílio socioeconômicos que as instituições de ensino oferecem, os mesmos ainda sim são insuficientes, para isso é necessário as ações das demais políticas se articularem para a garantia de permanência estudantil efetiva dos estudantes.

Ao curto prazo o Programa tem por objetivo três metas: A manutenção do Restaurante Universitário, através de manter o valor das refeições a R\$2,55 para os estudantes de graduação; estabelecer um sistema de monitoramento da qualidade das refeições; realizar a manutenção preventiva dos equipamentos industriais da cozinha; fiscalizar os funcionários terceirizados para manter a qualidade da alimentação.

A segunda meta tem por objetivo a modernização permanente dos equipamentos industriais, através da verba SANS, comprar e substituir os equipamentos antigos por novos, mais modernos que possam facilitar as demandas e garantir a segurança na cozinha. E a terceira meta de curto prazo é focado na ergonomia e saúde do trabalhador, para reduzir eventuais doenças ocupacionais, através do reforço dos programas de segurança no trabalho já existente e implementação de novos focados na saúde do trabalhador (CLSANS, 2024).

A médio prazo a Unesp FCHS com estimativa de quatro anos, tem como objetivo quatro metas: Primeiro, a reestruturação do quadro de servidores, no qual as ações serão voltadas para a reposição dos trabalhadores que se aposentarem. Segundamente, é a melhoria do cardápio do Restaurante Universitário, as ações serão voltadas para uma alimentação mais saudável, variando as opções vegetarianas e incluindo o cardápio vegano, providenciando novos ingredientes e utensílios para correta preparação das refeições.

A meta três, visa a manutenção da verba SANS para custeio das refeições para o conjunto de estudantes do nível de graduação para poder manter o preço das refeições aos graduandos, que hoje se encontra no valor de R\$2,55. Por último, a quarta meta é garantir a superação da insegurança alimentar aos estudantes que moram na moradia, a ação será feita através da gratuidade das refeições aos mesmos e aos recebedores de algum tipo de auxílio socioeconômico da Unesp. (CLSANS, 2024).

As ações ao longo prazo têm uma estimativa de cumprimento de doze anos, tendo o objetivo final de atingir três metas centrais. A modernização e ampliação dos atendimentos do Restaurante Universitário, ampliando a capacidade de atendimento para servir 1.500 refeições por dia, ampliar os dias de atendimento, ofertando refeições também aos sábados, dispor de espaço físico de descanso para o bem estar dos funcionários. A meta dois tem por intuito a gestão autônoma e estável do R.U, consolidando a gestão autônoma com um quadro de funcionários efetivos no almo e no jantar. A meta três visa suprir a insegurança alimentar dos discentes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica, através de garantir a gratuidade de almoço e jantar e a viabilidade de fornecer e preparar a primeira refeição do dia, no caso o café da manhã, de forma gratuita a todos os discentes também. (CLSANS, 2024).

As principais metas de curto, médio e longo prazo são voltadas para o Restaurante Universitário, pois ele é a principal forma de garantir a segurança alimentar e nutricional dos estudantes. Em vista disso, a Comissão Local de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável da Unesp de Franca, nesse plano local no Programa de Infraestrutura para SANS criou três metas no âmbito de curto, médio e longo prazo específico para o R.U. (CLSANS, 2024).

O Programa de Infraestrutura para SANS voltada para o Restaurante Universitário a curto prazo (1 ano) tem como intuito referente ao manuseio dos alimentos o cobrimento da área de recebimento de mercadorias que durante essa logística, fica exposta até chegar ao seu destino final, a cozinha. Outra meta durante esse período é a substituição de pisos dos vestiários masculinos e femininos do Restaurante Universitário, solicitando formalmente a demanda perante as diretorias responsáveis. A médio prazo (4 anos), o objetivo principal é expandir e adequar a infraestrutura do Restaurante Universitário, incluindo a cozinha, refeitório, estoque dos alimentos, através da verba destinada a Política SANS. Essa ação é necessária para atender as demandas de acessibilidade física e tecnológica do restaurante frente aos atendimentos aos estudantes. (CLSANS, 2024).

No período de 12 anos, a longo prazo, o Programa tem como meta implementar ações de sustentabilidade, com foco na minimização de resíduos e aproveitamento máximo de recursos, como implementação de hortas e sistema de compostagem ativos, com produção de temperos fresco parra serem usados no Restaurante Universitário, qualificação dos gestores e demais comunidade para evitar o desperdício de água, entre outras ações voltadas para sustentabilidade. Outra meta a

longo prazo é modernizar os equipamentos de cozinha e refeitório para maior eficiência das operações, inserir equipamentos tecnológicos que permitam a maior produtividade e a redução de danos de doenças ocupacionais, como máquina de lavar louça, processadores, fornos combinados, etc. (CLSANS, 2024).

As metas estabelecidas para o Restaurante Universitário (R.U.) são fundamentais para garantir a segurança alimentar e nutricional dos estudantes, refletindo o compromisso da Unesp de Franca com a qualidade de vida e a saúde da comunidade acadêmica. A curto prazo, as ações propostas visam melhorar as condições de armazenamento e manuseio dos alimentos, além de adequar as instalações, como os vestiários, para atender às necessidades imediatas. A médio prazo, a expansão e modernização da infraestrutura do R.U. são essenciais para garantir a acessibilidade e otimizar o atendimento aos estudantes, adequando a cozinha, o refeitório e o estoque às novas demandas. (CLSANS, 2024).

Já a longo prazo, o foco na sustentabilidade e na eficiência operacional busca não só reduzir desperdícios, mas também implementar práticas que envolvem a comunidade e preservem o meio ambiente, com ações como a criação de hortas e sistemas de compostagem. Além disso, a modernização dos equipamentos do R.U. visa melhorar a qualidade do serviço, aumentando a produtividade e reduzindo riscos à saúde dos trabalhadores.

Dialogando com De Souza, et al. (2023) “ A alimentação dos usuários na universidade impacta positivamente nos hábitos alimentares e consequentemente na melhora do desempenho e sucesso do aluno” (De Souza, et al. 2023, p. 15), o R.U tem um papel crucial para a permanência dos estudantes na universidade. Essas metas estabelecidas pela Comissão, são, portanto, passos essenciais para assegurar um serviço alimentar de excelência, sustentável e eficiente, garantindo benefícios duradouros para toda a comunidade acadêmica.

4.2 O RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO DA UNESP FCHS COMO PILAR FUNDAMENTAL DA SANS

O Restaurante Universitário (R.U) é o principal instrumento da Política SANS na Unesp campus de Franca, especificamente na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, porém não é o único dentre todas as ações que SANS promove no âmbito das unidades. Este serviço desempenha um papel essencial dentro da estrutura acadêmica, o R.U tem por finalidade a seguinte função:

Preparo e distribuição de refeições, oferecendo uma alimentação de qualidade e quantidade adequada para seus usuários. Além disso, cria condições para que os alunos permaneçam o dia todo no campus para desenvolver suas atividades acadêmicas e constituem-se em um espaço de integração de toda comunidade universitária (Restaurante Universitário, 2021).

Em diálogo a perspectiva de Sant'Anna e Masson (2018) sobre a relação de política social e alimentação o R.U, além de atender as necessidades nutricionais da comunidade universitária, o Restaurante tem o objetivo de proporcionar um ambiente que favoreçam a inclusão social, a promoção do bem estar de seus atendidos e a facilitação do acesso à alimentação durante os períodos de atividades acadêmicas e fora deles, visto que o Restaurante Universitário da Unesp FCHS, atende no horário do almoço durante as férias.

A equipe de trabalho do Restaurante é formada por profissionais especializados, incluindo supervisor técnico, nutricionista e demais funcionários que atuam de forma prática na preparação e distribuição das refeições (Restaurante Universitário, 2024). Vale destacar que, durante o período do almoço, a equipe responsável pela operação do R.U é composta por servidores concursados, já no período noturno, a partir do segundo semestre de 2023, a responsabilidade pelo jantar foi transferida para uma equipe terceirizada (SANS, 2023). Em específico a quadro de funcionários do Restaurante Universitário é composto por:

O RU é gerenciado por um supervisor da Seção Técnica de Nutrição e possui uma nutricionista como responsável técnica em seu subquadro. Conta, ainda, com outros 11 servidores lotados na Seção Técnica de Nutrição (RU), entre os quais, 1 estoquista (readaptado), 7 assistentes operacionais II e outros 3 assistentes operacionais II, com contrato temporário (com limite de permanência de 2 anos). Ademais, o serviço oferecido no jantar é realizado por 10 trabalhadores terceirizados, sob a gerência da Seção Técnica de Nutrição. (CLSANS, 2024)

Atualmente, o Restaurante Universitário oferece opções de refeições tanto onívoras quanto vegetarianas, com o objetivo de atender e incluir todos os públicos. Conforme exposto:

O cardápio oferece arroz, arroz integral, feijão, prato proteico, prato proteico vegetariano, guarnição, dois tipos de saladas, sobremesa e refresco, diariamente, no almoço e no jantar e atende a dietas especiais, pontualmente e quando demandado. Seu padrão de excelência, evidenciado pela qualidade, é reconhecido pelo conjunto dos usuários. (CLSANS, 2024)

O cardápio é elaborado para ser equilibrado, contendo fontes de proteína, carboidratos e fibras, garantindo uma alimentação nutritiva e diversificada. Diariamente, cerca de 900 refeições são servidas, distribuídas entre os períodos do almoço e jantar, tendo sua capacidade máxima de atendimento de 550 a 600 refeições por período de atendimento, totalizando até 1.200 refeições diárias (Restaurante Universitário, 2023). Abaixo, exposto na tabela 2 como é distribuída essas refeições:

Tabela 2 - Quantitativos por categoria para almoço		
Categoria	Quantidade	Dia para compra
Discente permanência estudantil	180 refeições	Segunda-feira
Discente permanência estudantil convênio	10 refeições	Segunda-feira
Discente não permanência estudantil	180 refeições	Terça-feira
Público geral	180	Quarta-feira

Fonte: Página comunicados do Restaurante Universitário da FCHS (Restaurante Universitário, 2023)

A compra das refeições é feita pelo Sistema do Restaurante Universitário (SISRU), que organiza a distribuição das refeições conforme a categoria em que o estudante ou servidor se enquadra. As categorias são as seguintes: Discente da permanência estudantil: destinada aos estudantes que são beneficiados por algum auxílio socioeconômico oferecido pela instituição; Discente permanência estudantil convênio: categoria recente, voltada para os estudantes de pós-graduação intercambista; Discente não permanência estudantil: refere-se aos estudantes que não recebem benefícios relacionados ao auxílio de permanência estudantil; Público geral: aberto a todos os públicos, incluindo servidores e docentes da instituição. Esta categoria também inclui a distribuição e remanejamento de refeições para aqueles que não conseguiram obter sua refeição no dia destinado a sua categoria (Restaurante Universitário, 2023)

A abertura do sistema para a venda das refeições seguindo os seus dias designados é sempre às 17h (horário de Brasília-DF), são disponibilizados os almoços e jantares da semana seguinte (Restaurante Universitário, 2024). Sendo assim, o Restaurante Universitário assegura que as refeições sejam fornecidas de acordo com a condição de cada usuário, garantindo a equidade no atendimento, abaixo, a tabela 3 demonstra a quantidade de refeições distribuídas no período do jantar:

Tabela 3 - Quantitativos por categoria para o jantar

Categoria	Quantidade	Dia para compra
Discente permanência estudantil	120 refeições	Segunda-feira
Discente permanência estudantil convênio	10 refeições	Segunda-feira
Discente não permanência estudantil	120 refeições	Terça-feira
Público geral	100	Quarta-feira

Fonte: Página comunicados do Restaurante Universitário da FCHS (Restaurante Universitário, 2023)

No jantar, a quantidade de refeições são menores devido a demanda, o preço de cada refeição é o mesmo para os estudantes da graduação, contudo, para a pós graduação e servidores variam, sendo: Aluno da graduação: R\$ 2,55; Aluno pós graduação e trabalhadores terceirizado: R\$4,10; Servidores da universidade (docentes e técnicos-administrativos): R\$8,10 e Visitantes: R\$12,10 (Restaurante Universitário, 2024). As refeições aos visitantes são disponibilizadas de forma presencial em comunicação com o gestor do restaurante, o público beneficiário dessa categoria normalmente é alguém de fora que está em visita esporadicamente ao campus.

No campus da FCHS, o horário de funcionamento para as refeições no almoço é das 11h às 12h45, após esse horário, todos os dias é aberto o sistema SISRU novamente para que os estudantes e funcionários possam estar comprando as refeições remanescentes que não foram utilizadas durante o almoço. No jantar, começa a ser servido a partir das 18h10 às 19h45, abrindo também para as refeições remanescentes.

Em relação ao destino dos resíduos orgânicos e recicláveis, o R.U separa os resíduos durante a produção das refeições, os reutilizáveis são destinados para coleta

seletiva de restos alimentares de produção orgânica são destinadas para um sitiante local que recolhe os excedentes, evitando a descarte incorreto desses materiais (CLSANS, 2024).

O RU mantém um rígido controle no recebimento de mercadorias, desde a conferência até o armazenamento. Os produtos são armazenados em ambientes climatizados e organizados, com controle rigoroso de estoque, minimizando o risco de perdas. (CLSANS, 2024).

O fato do valor das refeições do Restaurante Universitário serem reduzidas para os estudantes da graduação representa uma importante forma de inclusão, visto que a maioria não recebe nenhuma remuneração trabalhista. No entanto, seria ideal que as refeições fossem gratuitas para os estudantes beneficiados por auxílios de permanência estudantil, como ocorre em outras universidades, pois para muitos alunos, o R.U é a única opção de alimentação durante o dia. Em especial para aqueles que enfrentam condições de vulnerabilidade socioeconômica mais graves, para quem o custo, mesmo que repassado de forma reduzida, pode ser um obstáculo significativo, afirmado por:

Vale acrescentar, também, que o consumo de alimentos deve ser feito de forma digna, isto é, assegurando que as pessoas possam se alimentar com cidadania, sem que sejam tratadas com rações, pílulas e outras fórmulas muito utilizadas nos programas de combate à desnutrição. (Belik, 2003, p.19)

É importante também frisar o debate sobre a saúde do trabalhador, no caso presente, a saúde do trabalhador do Restaurante Universitário. Visto que ao longo do dia são inúmeras refeições feitas e servidas, o constante manejo de ações repetidas fazem com que o trabalhador possa adquirir algumas determinadas doenças, como tendinite, bursite e a exposição ao risco de acidentes de trabalhos com os utensílios da cozinha, devido a alta demanda (CLSANS, 2024). Através da verba advinda da Política SANS, o R.U da Unesp Franca conseguiu mudar algumas coisas:

Recentemente, como já apontado aqui, o Restaurante Universitário adquiriu dois fornos combinados, proporcionando significativa melhoria nas condições de trabalho e ergonomia. Antes, os colaboradores manipulavam painéis pesados, com capacidade de 30 a 50 litros. Com os novos equipamentos, passaram a utilizar cubas menores, de 5 a 10 litros, reduzindo o esforço físico. Além disso, a aquisição dos fornos resultou na redução do consumo de óleo de soja para fritura em cerca de 90%, passando de 900 litros anuais para 90 litros. Alimentos como batatas, almôndegas, hambúrgueres e filés de frango, antes preparados com óleo, agora são assados, com melhor textura e sabor. O cozimento a vapor de legumes, anteriormente feito em água, preserva mais nutrientes e oferece refeições mais saudáveis. (CLSANS, 2024)

Dessa forma, a Política SANS da Unesp vai além da preocupação exclusiva com a alimentação em si, fundamentando suas ações desde o manejo dos alimentos até a avaliação das consequências do resultado final.

Contudo, o Restaurante Universitário se apresenta como a maior ação da Política de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável da Unesp para garantir a segurança alimentar dos estudantes. E quando falamos de segurança alimentar, estamos falando também de permanência estudantil, pois garantir a alimentação adequada é na prática uma medida fundamental para a permanência desses alunos. Não basta apenas viabilizar o ingresso de estudantes de classes sociais historicamente excluídas do ambiente universitário, é necessário assegurar que esses alunos permaneçam e concluam sua graduação com sucesso.

Conforme destacado por Vasconcelos e Galhardo (2016), “Não se pode negligenciar que a política de inclusão, para se consolidar de fato como inclusiva, e não apenas como mecanismo de ingresso no ensino superior, deve ser acompanhada de outras ações afirmativas que possibilitem ao estudante concluir o curso” (Vasconcelos e Galhardo, 2016, p.302). Ou seja, as ações voltadas para a inclusão devem ir além da do ingresso, sendo imprescindível ações que sustentem a trajetória acadêmica do estudante até a conclusão do seu curso.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo explorar a Política de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (SANS) da Unesp, atualmente em construção, com foco específico na implementação na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais do campus de Franca. Buscou-se compreender como essa política, em suas ações de curto, médio e longo prazo, contribui para a permanência estudantil, destacando especialmente o papel do Restaurante Universitário (RU) como o pilar central, embora não exclusivo, desta iniciativa, em três capítulos.

O primeiro capítulo visou abordar a construção histórica das universidades brasileiras, abordando o seu papel contributivo para uma sociedade mais diversa. No segundo capítulo, foi analisado as políticas de assistência estudantil nas universidades públicas, em especial aquelas voltadas para a promoção da permanência estudantil no ensino superior.

O terceiro, passou a fazer o recorte para o alvo de estudo deste trabalho, a Unesp, destacando as formas de permanência estudantil que a universidade dispõe e suas estratégias, com foco na abordagem da Política de Segurança Alimentar e Nutricional (SANS), como pilar essencial para a permanência estudantil. Por último, examinou a aplicação da SANS no campus de Franca da Unesp, sua construção, objetivo e ações.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, enfrentaram-se desafios significativos devido à fase inicial de implementação da política e à limitação de materiais disponíveis publicamente, o que restringiu fazer análises mais abrangentes e comparações entre os campi da Unesp. Apesar disso, os resultados obtidos demonstraram a eficácia das ações realizadas no campus de Franca. O RU, que serve cerca de 900 refeições diárias entre almoço e jantar, com opções onívoras e vegetarianas, destaca-se entre todos os campus pela qualidade dos serviços prestados e pelo fato de ser uma das poucas unidades ainda não terceirizadas totalmente. Essa característica reforça o compromisso do campus com a gestão direta e o cuidado com a segurança alimentar dos beneficiários.

A análise conduzida evidenciou que garantir a segurança alimentar no ambiente universitário é um fator fundamental para a permanência dos estudantes, especialmente daqueles que se encontram em situações de maior desproteção social. Para muitos alunos, a alimentação disponibilizada pelo Restaurante Universitário (RU) não é apenas uma necessidade básica, mas uma condição essencial para sua

sobrevivência no contexto acadêmico. Quando essa necessidade é atendida de maneira adequada e contínua, ela proporciona aos estudantes uma base de segurança e estabilidade, permitindo-lhes dedicar maior atenção e energia ao seu desenvolvimento acadêmico.

Isso, por sua vez, facilita a superação dos desafios impostos pelo ensino superior, como a pressão financeira e a sobrecarga de responsabilidades, garantindo que os estudantes possam se concentrar de maneira mais eficaz em sua formação e no alcance de seus objetivos educacionais. A disponibilidade de uma alimentação adequada, portanto, se configura como um suporte indispensável para a promoção da equidade e do sucesso acadêmico entre os estudantes, especialmente para aqueles em situação de desproteção social.

Por fim, este estudo oferece importantes contribuições para o desenvolvimento de futuras investigações sobre a Política de Segurança Alimentar e Nutricional (SANS) da Unesp, que ainda está em processo de implementação e está prevista para ser estendida a todos os campi da universidade até o final de 2024. A partir disso, futuras pesquisas poderão aprofundar a análise dos impactos dessa política, com foco especial nos estudantes que dependem de auxílios financeiros da universidade para sua permanência no ensino superior.

A investigação contínua sobre a SANS pode proporcionar uma compreensão mais detalhada sobre como ela tem contribuído para melhorar a qualidade de vida acadêmica dos alunos e como suas diferentes ações têm sido efetivas em combater desigualdades sociais. Além disso, tais estudos sobre a temática podem explorar questões como a viabilidade da implementação de medidas mais específicas, como a isenção total do custo das refeições para estudantes em situação de desproteção, que recebem algum tipo de auxílio socioeconômico de permanência estudantil, o que poderia ampliar ainda mais a efetividade da política.

Essa abordagem não só poderia expandir o alcance da Política de Segurança Alimentar, tornando-a mais acessível a um número maior de estudantes, mas também teria o potencial de promover um nível mais elevado de equidade no ambiente universitário. Isso permitiria que todos os estudantes, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade social, tivessem as mesmas condições para se concentrar em seus estudos, participar de atividades acadêmicas, extensão e pesquisa, alcançando seu potencial máximo sem a preocupação com a alimentação.

A equidade, nesse contexto, dando a cada um aquilo que sua demanda necessita, se traduziria não apenas na distribuição igualitária de recursos, mas

também na eliminação de barreiras socioeconômicas que frequentemente limitam o acesso e o sucesso no ensino superior, proporcionando a todos os estudantes uma base sólida para sua formação acadêmica e seu sucesso a longo prazo.

O estudo realizado enfatizou a importância do campus de Franca da Unesp- Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS) como um modelo exemplar na implementação da Política de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (SANS). A experiência desse campus destaca a relevância de ações estratégicas que combinam qualidade alimentar, práticas de gestão sustentável e apoio contínuo à permanência estudantil, reconhecendo que esses elementos são essenciais para garantir o bem-estar dos alunos e seu sucesso após faculdade.

A abordagem adotada por Franca com ênfase aos gestores da Restaurante Universitário que são rigidamente corretos em quesito de limpeza e qualidade passando isso a equipe de produção, serve como um referencial para outras unidades da universidade, mostrando que a integração desses aspectos pode ser fundamental para o desenvolvimento de um ambiente acadêmico mais inclusivo e equitativo.

A continuidade dessa linha de pesquisa tem o potencial de contribuir de maneira significativa para o aprimoramento das políticas alimentares na Unesp, permitindo sua adaptação e expansão para todos os campi, e fortalecendo seu papel como um instrumento vital de inclusão social, suporte acadêmico e garantia de condições adequadas para que todos os estudantes, especialmente os atendidos pela permanência estudantil, possam concluir seus estudos com sucesso.

O aprofundamento desse estudo pode, portanto, colaborar para a consolidação da SANS como uma política estruturante, capaz de promover tanto a segurança alimentar quanto a equidade no contexto universitário, tornando-a mais sólida em todas as cidades que a Unesp está presente e contribuindo para uma melhor alimentação, saudável, nutritiva e conseqüentemente uma melhor qualidade de vida aos estudantes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural**. 2. ed. São Paulo: Editora Leya, 2020.

BORGES, Raquel Silva; BORGES, Maria Célia. **O ensino superior brasileiro Pós-Constituição Federal de 1988**. Brazilian Journal of Development, v. 7, n. 4, p. 34343-34362, 2021.

BRASIL. **Decreto nº 14.343, de 18 de setembro de 1920. Cria a primeira universidade do Brasil**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 18 set. 1920. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-14343-7-setembro-1920-570508-publicacaooriginal-93654-pe.html>. Acesso em: 20 out. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931. Aprova o Estatuto das Universidades**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 11 abr. 1931. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 out. 2024

BRASIL. **Decreto nº 6.283, de 30 de abril de 1934. Cria a Universidade de São Paulo**. São Paulo, SP: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 30 abr. 1934. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1934/decreto-6283-25.01.1934.html>. Acesso em: 21 out. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 09 ago. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 09 jul. 2024

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo da Educação Superior 2022**. Brasília, DF: Inep, 2022.

BRASIL. **Programa Fome Zero**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2003. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/fomezero>. Acesso em: 30 out. 2024.

BRASIL. **Programa Bolsa Família**. Brasília: Ministério da Cidadania, 2003. Disponível em: <http://www.gov.br/cidadania/pt-br/bolsa-familia>. Acesso em: 30 out. 2024.

BRASIL. **Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006. Dispõe sobre a criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional-SISAN**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-

2006/2006/lei/l11346.htm#:~:text=Lei%20n%C2%BA%2011.346&text=LEI%20N%C2%BA%2011.346%2C%20DE%2015%20DE%20SETEMBRO%20DE%202006.&text=Cria%20o%20Sistema%20Nacional%20de,adequada%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs. Acesso em: 15 set. 2024

BRASIL. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Dispõe sobre a alimentação escolar e dá outras providências.** Brasília, DF: Diário Oficial da União, 18 set. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm. Acesso em: 16 set. 2024

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 39 de 12 de dezembro de 2007. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil.** Brasília, DF: Gabinete do Ministro, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf. Acesso em: 28 ago. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI.** Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em: 09 jul. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).** Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 25 ago. 2024.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Educação em Direitos Humanos: Diretrizes Nacionais.** Brasília: Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.** Brasília, DF: Diário Oficial da União, 26 jun. 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 15 jul. 2024.

BRASIL. **Resolução n.6, de 8 de maio de 2020. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.** Brasília, DF: Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 maio 2020.

BRASIL. **Plano Brasil Sem Fome.** Brasília: Ministério da Cidadania, 2021. Disponível em: <http://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/brasil-sem-fome>. Acesso em: 29 out. 2024.

BELIK, Walter. Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Saúde e sociedade**, [S. l.], v. 12, p. 12-20, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/sausoc/2003.v12n1/12-20/pt>. Acesso em: 01 nov. 2024

DE SANTANA, Gildo Ribeiro; ANDRADE, Horasa Maria Lima Da Silva; ANDRADE, Luciano Pires. **PARTICIPAÇÃO POPULAR NA DEMOCRACIA PLENA**. Anais do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), 2022. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/cbas2022/uploads/ finais/0000000439.pdf>. Acesso em: 15 de nov. de 2024

DE SOUZA, Gabriel Viana; DE LIMA FAVA, Helder; CINTRA, Renato Fabiano. **Restaurante universitário no contexto da assistência estudantil: Análise da produção científica (2010-2021)**. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, p. e023153-e023153, 2023.

DINIZ, Juliane Aparecida Ribeiro; OLIVEIRA, João Ferreira de; LIMA, Daniela da Costa Britto Pereira. **A mercantilização da educação superior no Brasil: financeirização e oligopolização**. Rev. Educ. Questão, Natal , v. 59, n. 61, e-25658, jul. 2021 . Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-77352021000300103&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 09 nov. 2024.

DOS SANTOS, RAFAEL GONÇALVES et al. **ENSINO SUPERIOR E POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL**. Anais do Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), 2022. Disponível em: <<https://www.abepss.org.br/enpess-anais/public/arquivos/00425.pdf>> acesso em 18 nov. 2024

DOMENE, Semíramis Martins Álvares et al. Segurança alimentar: reflexões sobre um problema complexo. **Estudos Avançados**, [S. l.], v. 37, n. 109, p. 181-206, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/fWcBkcLhN577MztGLnddSDn/>. Acesso em: 28 out. 2024

DUARTE, Clarice Seixas. A educação como um direito fundamental de natureza social. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100 – Especial, p. 691-713, out. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a0428100.pdf>. Acesso em: 19 set. 2024.

FERREIRA, Helen Gonçalves Romeiro; ALVES, Rodrigo Gomes; MELLO, Silvia Conceição Reis Pereira. O Programa Nacional De Alimentação Escolar (PNAE): alimentação e aprendizagem. **Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro**, [S. l.], v. 22, n. 44, p. 90-113, abr. 2019. ISSN 2177-8337. Disponível em: <<http://revistaauditorium.jfrj.jus.br/index.php/revistasjrj/article/view/150>>. Acesso em: 31 out. 2024.

FIRMIANO, Frederico Daia. **Desenvolvimento e questão agrária no Brasil**: problemas do passado e dilemas para o futuro. Belo Horizonte: Editora UEMG, 2022.

FORNAZIER, Tales; GONÇALVES, Gleyka; FAVARO, Tereza. “Em passos firmes, linha reta”: lutas antirracistas eo trabalho profissional de assistentes sociais. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 146, n. 1, p. 118-138, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/qT37hkpjDH4JxTrDgQBwTNN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 out. 2024

FOLHA DE SÃO PAULO. **Rankings universitário Folha de 2024**. Folha de São Paulo, 2024. Disponível em: <https://www.folha.uol.com.br/ranking-universitario>. Acesso em: 9 nov. 2024.

FUNDAÇÃO ABRINQ. Cenário da Infância e Adolescência no Brasil. **Fundação Abrinq**, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.fadc.org.br/sites/default/files/2019-05/cenario-brasil-2019.pdf>. Acesso em: 18 out. 2024

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. São Paulo: Vozes Limitada, 2018.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade no trabalho do assistente social**. Capacitação em Serviço Social e política social, v. 4, p. 53-63, 2000.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa nacional por amostra de domicílios. **IBGE**, Rio de Janeiro, 2017.

JESUS, Carolina Maria De. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 2015.

MACIEL, C. E.; LIMA, E. G. dos S.; GIMENEZ, F. V. **Políticas e permanência para estudantes na educação superior**. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação* - Periódico científico editado pela ANPAE, [S. l.], v. 32, n. 3, p. 759–781, 2016. DOI: 10.21573/vol32n32016.68574. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/68574>. Acesso em: 2 set. 2024.

MANCEBO, Deise; VALE, Andréa Araujo do; MARTINS, Tania Barbosa. Políticas de expansão da educação superior no Brasil 1995-2010. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 60, p. 31-50, jan/mar 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/QKyJmCvwkGxsJqg7vSCC4xk/?l>. Acesso em: 18 ago. 2024

MELO, André Lins de; SANTOS, Elisangela de Jesus Ribeiro dos; ANDRADE, Gercília Pereira de. **Ensino superior no Brasil: do elitismo colonial ao autoritarismo militar**. In: Dermeval Saviani; José Claudinei Lombardi. (Orgs) UNICAMP. Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”. **Anais** [...]. Campinas, SP: FE/UNICAMP: HISTEDBR, 2009. p. 01-19. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario8/trabalhos.h. Acesso em: 09 jul. 2024.

MONTEIRO, José Ricardo. **Terceirização na Universidade Pública : limites de eficiência e de qualidade, com ênfase na experiência da UnB**. 2020. 95 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia)—Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

MOURA, Clóvis. **O negro**: de bom escravo a mau cidadão? São Paulo: Dandara, 2021.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Universidades e cultura na ditadura militar brasileira**. Estudos del ISHiR, v. 8, n. 20, p. 92-106, 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. A Agenda 2030. **ONU**, 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 21 jul. 2024.

OLIVEN, A. C. **Histórico da educação superior no Brasil**. In: SOARES, M. S. A. (Org.). A educação superior no Brasil. Porto Alegre: Unesco, 2002. p. 31-42.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos. **ONU**, 1948. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/por.pdf> . Acesso em: 26 jun. 2024.

REDE PENSSAN. Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. **Rede Penssan**, 2021. Disponível em: http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf?. Acesso em: 28 out. 2024.

RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO. Unesp: Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, 2021. **Página apresentação**. Disponível em: <https://www.franca.unesp.br/#!/administracao/divisao-tecnica-administrativa/ru---restaurante-universitario/apresentacao/> . Acesso em: 05 de nov. de 2024

RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO. Unesp: Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, 2024. **Página equipe R.U** Disponível em: <https://www.franca.unesp.br/#!/administracao/divisao-tecnica-administrativa/ru---restaurante-universitario/equipe/>. Acesso em: 05 de nov. de 2024

RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO. Unesp: Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, 2023. **Página comunicados**. Disponível em: <https://www.franca.unesp.br/#!/administracao/divisao-tecnica-administrativa/ru---restaurante-universitario/comunicados/>. Acesso em: 05 de nov. de 2024

RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO. Unesp: Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, 2024. **Página venda de refeições**. Disponível em: <https://www.franca.unesp.br/#!/administracao/divisao-tecnica-administrativa/ru---restaurante-universitario/horarios-para-reservas-e-vendas-do-ru/>. Acesso em: 05 de nov. de 2024

SANT'ANA, Raquel Santos; MASSON, Gabriela Abrahão. Serviço Social e questão agrária: um debate necessário ao fortalecimento da direção crítica do projeto ético-político-profissional. **Serviço Social em Revista**, [S. l.], v. 21, n. 1, p. 195-216, 2018. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/34817>. Acesso em: 01 nov. 2024

SCHUNK, L.; PEREIRA, L. **A influência da alimentação e nutrição e sua relação nos sintomas do transtorno do déficit de atenção com hiperatividade**. Artigo (Graduação em Nutrição)-Centro Universitário Salesiano, Vitória, 2023.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Reitoria. Portaria GR nº 5434, de 21 de dezembro de 2011. Dispõe sobre os programas de bolsas de estudo e de auxílio ao estudante, no âmbito da política de permanência e formação estudantil da USP. **USP**, São Paulo, SP, 2011. Disponível em: PORTARIA GR Nº 5434, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011 | Normas USP . Acesso em: 12 jul. 2024.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Superintendência de Assistência Social. Programa de apoio à permanência e formação estudantil. **USP**, São Paulo, 2017. Disponível em: SAS – USP – Universidade de São Paulo . Acesso em: 14 jul. 2024.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Superintendência de Assistência Social. Auxílios Estudantis Graduação PAPFE-SASUSP. **USP**, São Paulo, 2018. Disponível em: OrientacoesPAPFEcalouros.pdf (usp.br) . Acesso em: 15 jul. 2024.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Procuradoria Geral. Resolução GR031/2013, de 02 de maio de 2013. Cria o programa de bolsa auxílio social. **UNICAMP**, Campinas, 2013 Disponível em: Procuradoria Geral - Normas (unicamp.br). Acesso em: 17 jul. 2024.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Serviço de Apoio ao Estudante. O que é o SAE?. **UNICAMP**, Campinas, 2015. Disponível em: <https://www.sae.unicamp.br/portal/pt/> . Acesso em: 18 jul. 2024.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Coordenadoria de Permanência Estudantil (COPE). Relatório de Atividades. **UNESP**, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www2.unesp.br/Home/cope/documentos/relatoriocope-2023.pdf> . Acesso em: 22 jul. 2024.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Comissão para Política de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável (SANS). **Relatório final 2023**. UNESP, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/19i6hXvirDzl6Rm3G1PaSoj9Xou9B9RyMf> . Acesso em: 22 set. 2024.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. **Plano Local de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável- Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Campus de Franca** (CLSANS). UNESP, São Paulo, 2024. Disponível em: <<https://mail.google.com/mail/u/3/#inbox/QgrcJHsHllztcbLmmDjMvnqfWdRHLTZrsSV?projector=1&messagePartId=0>>. Acesso em: 15 nov. 2024.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. **Coordenadoria de Permanência Estudantil. Resolução UNESP nº 45, de 16 de julho de 2015. Dispõe sobre a criação e as atribuições da coordenadoria de permanência estudantil – COPE**. São Paulo, SP, 2015. Disponível em: Documentos relacionados à Permanência Estudantil - COPE Coordenadoria de Permanência Estudantil - Unesp - Universidade Estadual Paulista - Portal. Acesso em: 22 jul. 2024.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. **Coordenadoria de Permanência Estudantil. Resolução UNESP nº 10, de 09 de fevereiro de 2015. Dispõe sobre a**

criação e as atribuições da comissão permanente de permanência estudantil – CPPE. São Paulo, SP, 2015b. Disponível em: Documentos relacionados à Permanência Estudantil - COPE Coordenadoria de Permanência Estudantil - Unesp - Universidade Estadual Paulista - Portal . Acesso em: 22 jul. 2024.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. **Portaria UNESP nº 343, de 29 de agosto de 2018. Regulamenta a resolução UNESP nº 78, de 07 de outubro de 2016, dispondo sobre a criação e as atribuições da comissão local de permanência estudantil - CLPE.** 2018. Disponível em: Documentos relacionados à Permanência Estudantil - COPE Coordenadoria de Permanência Estudantil - Unesp - Universidade Estadual Paulista - Portal. Acesso em: 23 jul. 2024.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. **Portaria UNESP nº 71, de 29 de julho de 2022, instituindo a sobre elaboração da proposta de Política de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável para a UNESP.** 2022. Disponível em: <https://www2.unesp.br/Home/sans/relatorio-da-comissao-sans-versao-2-1.pdf>. Universidade Estadual Paulista - Portal. Acesso em: 07 out. 2024.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. **Portaria UNESP nº 28, de 12 de abril de 2024, instituindo a sobre a designação dos membros da Comissão Local de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável (CLSANS) da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais- campus de Franca.** Disponível em: [portaria-28-2024-clsans\[1\].pdf](#). Universidade Estadual Paulista - Portal. Acesso em: 07 nov. 2024.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. **Portaria UNESP nº 61, de 18 de setembro de 2023, instituindo a sobre a designação dos membros para compor a Comissão Local do Restaurante Universitário (CLRU) da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais- campus de Franca.** Disponível em: [portaria-n-61_Comissão RU.pdf](#). Universidade Estadual Paulista - Portal. Acesso em: 07 nov. 2024.

VASCONCELOS, Mário Sérgio; GALHARDO, Eduardo. O programa de inclusão na UNESP: valores, contradições e ações afirmativas. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 11, n. esp.1, p. 285–306, 2016. DOI: 10.21723/RIAAEE.v11.esp.1.p285. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/8553>. Acesso em: 05 nov. 2024.

ANEXO A – SOLICITAÇÃO PARA USO DE DADOS – TCC

04/10/2024, 16:37

E-mail de Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Solicitação para uso de dados- TCC



Amanda Faustino dos Santos <amanda.faustino@unesp.br>

Solicitação para uso de dados- TCC

4 mensagens

Amanda Faustino dos Santos <amanda.faustino@unesp.br>

2 de setembro de 2024 às 11:15

Para: Adriana Regina de Almeida <adriana.r.almeida@unesp.br>, NTAE <ntae.franca@unesp.br>, Maria Teresa Arcolino <maria.teresa@unesp.br>

Bom dia, Tudo bem ?

Sou Amanda, estudante do 4º ano de serviço social, estou desenvolvendo meu TCC sob a orientação do Profº. Dr. Frederico Firmiano e precisarei utilizar alguns dados do Campus de Franca sobre a Permanência Estudantil. Em conversa com a assistente social Adriana, foi solicitado que a vice-direção autorizasse a utilização dos dados. Estou enviando o ofício assinado com a autorização da vice-direção.

Para presente pesquisa, precisarei utilizar as seguintes informações quantitativas:

- Quantidade de solicitações para os auxílios
- Quantidade de beneficiários contemplados com a permanência (total)
- Quantidade de beneficiados com o auxílio socioeconômico 1
- Quantidade de beneficiados com o auxílio socioeconômico 2
- Quantidade de beneficiados com o auxílio estágio
- Quantidade de beneficiados com o auxílio maternagem/paternagem
- Quantidade de beneficiados com o auxílio especial
- Quantidade de beneficiados com a moradia estudantil (somente graduação)*
- Valor do repasse público destinado para os auxílios
- Quantidade de ingressantes cotistas (racial) que foram contemplados com o auxílio

Aguardo o retorno com as informações. Obrigada!
Atenciosamente, Amanda.



Doc. Amanda Faustino.pdf
23K

NTAE <ntae.franca@unesp.br>

4 de setembro de 2024 às 17:59

Para: Amanda Faustino dos Santos <amanda.faustino@unesp.br>

Cc: Maria Teresa Arcolino <maria.teresa@unesp.br>

Boa tarde, Amanda.

Em resposta ao Ofício 02/2024, segue as informações:

- Quantidade de solicitações para os auxílios = 411
- Quantidade de beneficiários contemplados com a permanência (total) = 346
- Quantidade de beneficiados com o auxílio socioeconômico 1 = 192
- Quantidade de beneficiados com o auxílio socioeconômico 2 = 131
- Quantidade de beneficiados com o auxílio estágio = 4
- Quantidade de beneficiados com o auxílio maternagem/paternagem = 8
- Quantidade de beneficiados com o auxílio especial = 1
- Quantidade de beneficiados com a moradia estudantil (somente graduação)* = 40
- Valor do repasse público destinado para os auxílios = R\$ 2.863.875,00 para Socioeconômico 1 e 2 e subsídio alimentação (já incluído reajuste subsídio alimentação a partir do mês de maio)
- Quantidade de ingressantes cotistas (racial) que foram contemplados com o auxílio = 31

Atenciosamente
Adriana Almeida
Assistente Social
Núcleo Técnico Apoio ao Estudante
[Texto das mensagens anteriores oculto]

Amanda Faustino dos Santos <amanda.faustino@unesp.br>

5 de setembro de 2024 às 13:39

Para: amanda_faustino12@outlook.com

ANEXO B – SOLICITAÇÃO DE DADOS DA PERMANÊNCIA ESTUDANTIL



UNIVERSIDADE ESTADUAL
PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA
FILHO"
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais



Instituto de Ciências
Humanas e Sociais
Campus de Franca

OFÍCIO 02/2024

Amanda Faustino dos Santos
Estudante do 4º ano de Serviço Social
E-mail: amanda.faustino@unesp.br

Franca, 02 de setembro de 2024

À vice-direção do Campus de Franca

Assunto: Solicitação de Dados da Permanência Estudantil

Eu, Amanda Faustino dos Santos, estudante do 4º ano de serviço social noturno, venho por meio deste ofício solicitar a disponibilização de dados referentes à Permanência Estudantil da UNESP de Franca, referente ao 1º semestre de 2024.

Os dados solicitados são essenciais para a realização do meu Trabalho de conclusão de curso, sob a orientação do Profº. Dr. Frederico Firmiano, sobre a permanência estudantil na universidade.

- Dados:
 - Quantidade de solicitação para os auxílios
 - Quantidade de beneficiários contemplados com a permanência (total)
 - Quantidade de beneficiados com o auxílio socioeconômico 1
 - Quantidade de beneficiados com o auxílio socioeconômico 2
 - Quantidade de beneficiados com o auxílio estágio
 - Quantidade de beneficiados com o auxílio maternagem/paternagem
 - Quantidade de beneficiados com o auxílio especial
 - Quantidade de beneficiários da moradia estudantil (somente graduação)*
 - Valor do repasse público destinado para os auxílios
 - Quantidade de ingressantes cotista (racial) que foram contemplados com algum tipo de auxílio

Agradecemos antecipadamente pela atenção e colaboração. Estamos à disposição para qualquer esclarecimento adicional e para atender a eventuais requisitos necessários para a liberação das informações.

Atenciosamente, Amanda

X 

Amanda Faustino dos Santos.

X 

Vice-diretor Dr. Murilo Gaspardo

(Autorização)

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - FCHS - Campus de Franca

Av. Eufrásia Monteiro Petráglio nº 900 - Jardim Dr. Antônio Petráglio - CEP.14409-160 - Franca - São Paulo - Brasil
Fone: (16) 3706-8700 - CNPJ. 48.031.918/0007-10